

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA VINTE E SETE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E
ONZE.***

____ Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida secretariada por João Fernando Barbosa Dias, e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

____ **ORDEM DE TRABALHOS: *****

____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE 22.07.2011 E ORDINÁRIA DE 30.09.2011;

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

____ 2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2012.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012. - AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS; - MAPA DE PESSOAL;

____ 3. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

____ **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

____ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa, Alfredo Trindade da Rocha; António Costa Cunha, António Filipe Moura Fernandes, António Gouveia Coelho, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Artur José Freitas de Sousa; Cátia Cristina Gomes Rodrigues, Daniel António

Correia Mendes Rocha, Carlos Alberto Carmo Teixeira, Gina Maria Silva Moreira, Giselda Martins Sousa Neves, João Pedro Nogueira Costa Campos, Joaquim Luís Vieira Martins, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António Costa Moreira da Rocha, José António Santos Vilela, José António Silva Rocha, Luís Filipe Cardoso Valente, Manuel António Rocha Pereira, Manuel Duarte Mendes, Maria de Fátima Reis L. Strecht Ribeiro, Maria da Graça Soares de Sousa, Maria de Lurdes Bessa Sousa, Martinho Moreira Bernardes, António Silva Pinto.***

____ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, Vice-Presidente Sr António Rodrigues, e Vereadores Senhor José Carvalho, Norberto Moreira e Vanessa Pereira.***

____ Faltou por motivo justificado o Membro Sr. José Vieira Pinto. ***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Sr. José Vieira Gonçalves, por cinco dias por motivos de saúde.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António Silva Pinto.***

____ Presente uma Petição do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, referente à redução de autarquias e de trabalhadores.***

____ O Senhor Presidente da Mesa propôs à Assembleia que se iniciassem os trabalhos com a discussão do Ponto 3, uma vez que estavam presentes os responsáveis pela Empresa que elaborou o Plano de Saneamento Financeiro, e depois continuava-se a ordem normal dos trabalhos referente ao Período da Ordem do Dia.

____ A Assembleia deliberou por unanimidade que se iria iniciar a sessão com o Período da Ordem do Dia com a discussão do Ponto 3, seguindo-se o Ponto 1 e depois o Ponto 2.

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

____ 1. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.***

____ Usou da palavra o Dr. Virgílio Macedo, responsável pela execução do Plano de Saneamento Financeiro, que referiu que ia fazer uma

apresentação do Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. Que era o primeiro relatório e que o Plano tinha tido inicio em Março, e que cobria o período até 30 de Setembro. Que deveria ter sido apresentado à Assembleia Municipal trinta dias após o semestre, mas era compreensível que não se tivesse cumprido aquele prazo, porque houve necessidade de se fazer um levantamento exaustivo de todas as medidas que estavam a ser preconizadas pelo Município de Castelo de Paiva relativamente aos aspectos de carácter qualitativo do Plano de Saneamento Financeiro, e por outro lado os serviços tiveram que se adaptar à necessidade de informação necessária para a elaboração deste relatório. Que não era nada normal que este primeiro relatório tivesse sido apresentado com algum atraso de tempo, depois do prazo que a lei determinava. Mas que mais importante que o cumprimento do prazo era ter os dados e os números exactos relativamente à execução do Plano de Saneamento Financeiro. Que como era o primeiro relatório queria salientar que não se esgotava em seis meses. Que todas as medidas, quer de carácter qualitativo e quantitativo, não se sentiam totalmente executadas, nem o seu efeito ao fim de seis meses, e que esta situação deveria ser analisada num período de tempo mais longo. Como tinha começado em Março provavelmente a visibilidade das medidas de carácter quantitativo, iriam fazer-se sentir com maior profundezas no exercício de 2012, apesar de que no exercício de 2011 já se fizessem sentir alguns indicadores em consequência da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. Que relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, realçou alguns aspectos importantes: Primeiro relativamente à realização do mesmo, achava tecnicamente que o Município de Castelo de Paiva conseguiu fazer o Plano de Saneamento Financeiro num tempo em que ainda foi possível fazê-lo, se fosse neste momento não era possível, devido à escassez do crédito que existe mesmo para entidades públicas. Que isto levou a que uma importante fatia da dívida de curto prazo do Município se conseguisse transformar em dívida a médio e longo prazo, conseguindo desta forma aliviar a tesouraria. Que relativamente à execução dos aspectos quantitativos, referiu que até 30 de Setembro o Município já tinha utilizado cerca de sete milhões e trezentos mil euros de fundos do empréstimo do Plano de Saneamento

Financeiro, dos quais já tinha pago sete milhões de euros nas contas adstritas a esse Saneamento Financeiro, trezentos mil euros para ir fazendo pagamentos a fornecedores que tinham sido realizados em data anterior ao início do Saneamento Financeiro. Que um Plano de Saneamento Financeiro requeria algum tempo desde a sua aprovação em termos da Assembleia Municipal até à sua homologação pelo Tribunal de Contas, um período de tempo relativamente grande. Como tal, entre esse período inicial e final havia todo um conjunto de movimentos financeiros que foram exercidos pelo Município que depois implicava que o dinheiro continuasse a ser afecto ao pagamento de dívidas do Município, mas já não eram exactamente feitos dos mesmos moldes aquando da aprovação inicial do Plano de Saneamento Financeiro, até porque houve pagamentos e outros compromissos assumidos pelo Município. Que queria dizer que o Município deixou de ter uma fatia de dívida de curto prazo e transformou num empréstimo de médio e longo prazo, com a consequência óbvia relativamente aos níveis do endividamento líquido do Município, que passaram a ter saldos completamente diferentes dos que até então tinham em termos de curto prazo. Que obviamente teve uma repercussão ao nível de endividamento, de médio e longo prazo que aumentou os tais sete milhões e trezentos mil euros motivando um excesso de endividamento a médio e longo prazo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Que o Município nos próximos semestres iria antecipar o pagamento de empréstimo de médio e longo prazo para cumprir com o limite legal dos empréstimos. Quanto à aplicabilidade de utilização do dinheiro, e de acordo com o relatório, e relativamente aos pagamentos feitos a cada um dos fornecedores, os pagamentos estavam a ser feitos normalmente e de acordo com o que estava inicialmente previsto. Quanto aos aspectos quantitativos, a diminuição da dívida de curto prazo passou para médio e longo prazo, associada a alguma contenção que existiu ao nível de despesa corrente o que motivou que o prazo médio de pagamento do Município reduzisse. Houve dois efeitos que fizeram com que o prazo médio de pagamento do Município passasse de duzentos e tal dias para cinquenta e poucos dias, e que isto tinha duas explicações, primeiro transformação de dívida de curto prazo em médio e longo prazo, e

segundo alguma contenção que existiu a nível de despesa corrente e despesa de investimento que fez com que o passivo de curto prazo não tivesse crescido significativamente como consequência de novas obras e de novas despesas que motivasse o aumento de imediato do prazo médio de pagamento. Que a análise temporal de qualquer prazo médio de pagamento, não podia ser vista em termos de seis meses ou de três meses, mas que tinham de ter um plano temporal mais alargado para fazer uma análise efectiva da evolução do prazo médio de pagamento, e sugeriu à Assembleia Municipal que relativamente a este assunto fosse acompanhando sobretudo as próximas evoluções à data de 31 de Dezembro, 31 de Março e 30 de Julho, para se verem as tendências, porque bastava uma pequena transacção para alterar significativamente o prazo médio de pagamento. Relativamente aos aspectos qualitativos obviamente que um Plano de Saneamento Financeiro não se esgotava em seis meses, e havia todo um trabalho que tinha de ser preparado, e embora tenham sido tomadas algumas medidas que estavam referidas, em termos de contenção de custos em renegociação de contratos, e alteração da estrutura de custos do Município, a maior parte das situações só irão ter efeitos posteriormente à preparação que existia ao nível dos aspectos qualitativos. Relativamente à redução de pessoal, já existiu a redução de dois funcionários, e o objectivo era cinco, mas consoante ia havendo aposentações as substituições poderão não ser feitas na sua totalidade, no sentido de se atingir a redução que está prevista em termos de Plano de Saneamento Financeiro. Relativamente à limitação de horas extras e ajudas de custo havia todo um plano de contingência feito pelo Município no sentido de no futuro cumprir com essa redução, apesar de a mesma ainda não se ter feito sentir por causa da questão contabilística, porque normalmente estas despesas são contabilizadas consoante o seu pagamento, ou seja em 2011 foram feitos pagamentos referentes a custas de 2010. Era uma área em que estavam a trabalhar com os serviços no sentido de tentarem que a contabilidade do Município passasse a ter uma contabilidade cada vez mais patrimonial, em vez de uma contabilidade de pagamentos versus recebimentos. Era uma área que estava a ser melhorada há 2 ou 3 anos, e que no anterior executivo também já se tinha feito um bom trabalho na melhoria do

report contabilístico, e achava que todo este inferimento em termos de pagamentos versus imputação de custos, proveitos, certamente que no final deste ano ficará feita uma correcta especialização das horas extra e ajudas de custo, e todas as medidas irão ter consequências ao nível das demonstrações financeiras do próximo exercício como será natural. Relativamente à redução de custos das comunicações fixas e móveis, o Município tomou a opção de implementar uma tecnologia VOIP, o que irá trazer ganhos em valores mensais a pagar em comunicações. Que o contrato foi assinado recentemente e os efeitos de redução de custos só se sentirão em 2012. Relativamente à redução de custos com os seguros, e depois do levantamento de todos os seguros existentes, estava previsto efectuar-se uma consulta ao mercado. Que esta redução de custos não era muito difícil de ser feita, porque havia muita concorrência a nível de seguros e de mediadores, e se pegassem no conjunto da carteira de seguros e a pusessem à disposição e à cotação de vários mediadores, obviamente o custo seria reduzido, mas só se faria sentir em 2012. Quanto ao consumo de energia tinham dois efeitos de sinais contrários, por um lado tinham a questão do consumo de energia, e por outro o custo da energia. Relativamente ao consumo de energia, o Município tinha implementado algumas medidas no sentido de tentar diminuir o consumo de energia, mas ia ser muito difícil o Município conseguir uma redução do custo de energia, pois bastava o aumento, que ia ser aplicado a partir de Janeiro de 2012, do IVA, que era um custo directo para o Município, e ainda com o aumento do tarifário de energia, seria normal que o Município não conseguisse atingir redução com o custo de energia, porque não estava previsto que o IVA aumentasse de 6% para 23% no consumo de energia. Estava a falar de um aumento de cerca de cem mil euros só no aumento do IVA, e como se entendia ia ser muito complicado conseguir diminuir o consumo de energia na mesma proporção do aumento do IVA. Que seria natural que a Assembleia Municipal constatasse que para o ano o consumo de energia em termos de custo não diminuía, mas aumentava. Quanto à redução do consumo de combustíveis houve uma alteração no sentido de obter um desconto do combustível, mas teriam que ter em conta que estavam a analisar três meses até 30 de Setembro e seis meses até 30 de Dezembro, e que

quando se fazia uma média dos doze meses o efeito não era significativo. Relativamente à água, houve algumas situações implementadas pelo Município quanto à colocação de contadores de consumo, à substituição de contadores avariados, e sobretudo inspecções e acções na rede de distribuição, e que as poupanças estavam sobretudo relacionadas com este último ponto, porque quanto maior for a inspecção relativamente às quebras das águas, maior será a poupança que se poderá obter. Que este trabalho teria de ser intensificado no sentido de reduzir as perdas das águas que o Município terá sempre de pagar. Quanto à melhoria da eficiência da gestão dos activos dos recursos humanos, são situações de software de obras e implementação de medidas de controlo, no sentido de ser mais fácil o controlo de custos por parte do Município. Relativamente à rentabilização, limitação dos investimentos das actividades das instituições culturais, e consequente redução das transferências correntes de capitais, que como seria óbvio teria de haver alguma contenção ao nível de despesa corrente e de investimento, para que se atingissem os limites definidos em termos do Plano de Saneamento Financeiro. Referiu ainda que um Plano de Saneamento Financeiro não se esgotava em seis meses, que este era um primeiro relatório, que era inicial e que os efeitos quantitativos ainda não poderiam ser validados e devidamente avaliados porque ainda estavam a trabalhar numa base de execução de um tempo relativamente curto. Que estes primeiros meses foram utilizados pelo Município para trabalhar, preparar e implementar algumas medidas, que poderão ter efeitos quantitativos a curto prazo, no sentido de redução de despesa corrente do Município. Não se poderiam esquecer que estavam numa conjuntura muito volátil e pouco previsível, e que nesse sentido tinham que ter consciência que algumas situações são exógenas ao Município, e independentemente dos esforços que poderão ser feitos, poderão não ser atingidos, e o caso mais gritante era o caso da energia. Que estava à disposição para qualquer questão que quisessem colocar sobre o Plano de Saneamento Financeiro.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira que colocou quatro questões e começou por referir-se às ajudas de custo que tinham sido referenciadas e que decorreram de pagamentos feitos em 2010.

Questionou, se era possível saber qual foi efectivamente o custo real das ajudas de custo reportadas apenas a 2011? A segunda questão tinha a ver com as comunicações fixas e móveis, que se tinha apontado no sentido da eliminação de números de telemóveis não essenciais ao funcionamento dos serviços. Questionou, se havia ideia concreta quanto ao número de telemóveis que iam ser desactivados, e a que serviços é que se iriam reportar? A terceira questão tinha a ver com a redução de custos com seguros, que iria ser aberto um concurso público no primeiro semestre próximo, e que se iriam eliminar os seguros desnecessários. Gostaria de saber, quais os seguros considerados desnecessários e o que se passava em relação a cada um deles? Porque quando se falava em seguros, os mesmos visavam acautelar danos relevantes. Por último referiu-se à rentabilização de rendimentos, actividades culturais e desportivas. Questionou, se havia uma ideia concreta relativamente àquilo que se poderia cortar, ou eventos, e quais os que deixarão de ser levados a cabo?***

— Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que agradeceu a presença dos técnicos que elaboraram o Plano de Saneamento Financeiro. Referiu que se tinha entendido bem, a diminuição do número de dias de pagamento aos fornecedores decorria de uma cosmética contabilística, ou seja de uma operação contabilística. Tinha ficado com a ideia que não decorria de uma especial gestão camarária que tivesse culminado numa diminuição do prazo. O que tinha sido explicado era que era uma operação contabilística da qual tinha resultado uma diminuição de número de dias. Referiu-se ainda, em termos genéricos, que ficava a aguardar a explicação política, mas que a partir de determinada altura a explicação que tinha dado, esmoreceu, talvez para dar lugar à explicação política. Achava que havia alguns assuntos que teriam uma vocação mais política do que técnica nomeadamente da eliminação dos juros de mora, a questão do IMI, do aumento de tabelas de taxas e licenças do Município, e que iria aguardar a intervenção política. Questionou, se a diminuição do número de dias de pagamento era ou não uma consequência da execução do próprio Plano de Saneamento Financeiro e da contabilidade, das operações contabilísticas inerentes aos mesmos, ou se era da gestão camarária?***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e começou por referir que o Plano tinha uma abrangência de doze anos e que as medidas tinham de ter a aplicabilidade durante aquele período, não poderiam ser aplicadas todas as medidas que estavam no contrato logo nos primeiros seis meses. Que havia outros dados que além da questão energética, julgava que eram importantes, e quando se referia que eram importantes também tinha a ver com o momento económico que o País atravessava. Que havia medidas que ficaram inscritas no âmbito do IMI, que deveriam ser alteradas de forma a ficarem ajustadas em termos do que ficou inscrito em termos de Plano, mas que o Executivo tinha entendido face ao contexto e ao momento em que se vivia, que seria penalizar ainda mais as famílias de Castelo de Paiva. Que entendiam que deveriam procurar soluções para evitar imputar custos financeiros sobre as pessoas. Que havia um esforço de procurarem soluções para cumprirem metas, mas sem atacar os orçamentos paupérrimos das famílias. Relativamente à redução do prazo médio de pagamentos, e referindo-se ao ano de 2010 que não teve execução do Plano de Regularização Extraordinária da Dívida do Estado (PREDE), que foi executado até ao final de 2009, e não tinha o Saneamento Financeiro que entrou em vigor em 4 de Março de 2011, ou seja durante 2010 o Município conseguiu atingir metas que considerava muito importantes. Tinha a ver com a redução de 444 dias no primeiro trimestre de 2010, de 331 dias no segundo trimestre de 2010, no terceiro trimestre de 2010 para 104 dias, e no último trimestre de 2010 para 53 dias. Que tinha havido uma evolução positiva de trimestre para trimestre devido ao planeamento, ao rigor, e à contenção de despesas, e que tinha sido o segredo para conseguir esta meta. Que considerava ainda um dado muito importante, o facto de terem conseguido incutir esta política de planeamento, permitindo evitar o pagamento dos juros de mora. Considerava que os juros de mora eram um cancro para qualquer gestão municipal. Que estava a falar de juros comerciais no valor de nove, dez, e onze por cento, com valores astronómicos para aquilo que era a realidade do Município. Que costumava dizer muitas vezes que este Município ganhava o salário mínimo nacional e como tal não poderia fazer muita despesa, qualquer

situação fora do normal causava facilmente problemas à gestão municipal. Achava que uma das grandes conquistas deste Município, era ter mantido em níveis muito baixos o prazo médio de pagamento aos seus fornecedores, que por um lado reduziram o excesso do endividamento líquido para o qual estavam obrigados a fazê-lo, e tinham de o reduzir em 10% para evitarem penalizações sobre as Transferências do Estado para as autarquias, e por outro lado evitaram que fossem debitadas à Câmara Municipal mais juros de mora sobre as despesas dos investimentos. Com isto conseguiram manter uma gestão equilibrada procurando aquilo que era a saúde financeira do Município, mesmo num quadro absolutamente difícil como tinham. Que quando estavam sob a alcada de um Plano de Saneamento Financeiro, tinham de ser ainda mais rigorosos porque tinham de alcançar as suas metas, mas de forma a não ter complicações de natureza do próprio Tribunal de Contas, que como todos sabiam estava com um olho clínico sobre todos as gestões municipais, e era preciso ter muita atenção e muito cuidado sobre aquilo que era a responsabilidade financeira de quem dirigia uma Câmara. As medidas que estavam inscritas, estavam abordadas uma a uma, as soluções que estavam inscritas algumas delas teriam de ser muito mais trabalhadas. Que quando se falava das actividades culturais, deveria haver uma articulação ainda maior do que aquela que já existia, no âmbito das várias iniciativas que tinham vindo a realizar, porque tinham de aproveitar recursos, e sinergias dos vários intervenientes existentes no concelho. Que tinham de retirar o máximo proveito de todas as instituições e colectividades de forma a terem melhor cultura pelo melhor preço. Que tinham conseguido, como era o exemplo do excelente programa de Natal, que conseguiram implementar no âmbito dos “Sinais de Natal”, em parceria com a Academia de Música e outras instituições que decidiram colaborar. Era um programa de grande qualidade, e se fosse a pagar, com certeza o Município não tinha capacidade financeira para o fazer, e que isto se devia à boa convivência existente entre as instituições. Que estavam perante um primeiro relatório, que tinha uma abrangência de seis meses, e havia medidas importantes, nomeadamente na questão da redução de custos da água, da situação energética, e também outros aspectos que estavam com resultados positivos.

Reconhecia que havia situações que não os deixavam satisfeitos, mas queriam trabalhar ainda mais para tirar o máximo proveito e uma optimização dos recursos existentes de forma a cumprirem as metas, e a terem mais retorno das apostas que estavam a fazer. Que tinham o relatório da Direcção Geral das Autarquias Locais que apresentavam os números da sua gestão, e que havia um que deveriam debelar, que era o excesso de endividamento líquido de médio e longo prazo, e que também este iria ser atacado, de forma a conseguirem sair do vermelho. Recordou que quando aqui chegou tinha quase todos os itens no vermelho no âmbito da avaliação feita pela Direcção Geral das Autarquias Locais. Que tinha havido um esforço, um trabalho, e era óbvio que o Plano de Saneamento Financeiro tinha permitido transferir dívida de curto prazo para médio e longo prazo, e era esse um dos objectivos, mas que havia claramente um esforço de redução constante daquilo que era o passivo financeiro que esta Câmara Municipal tinha.***

— Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha que referiu que depois de dadas as explicações técnicas não tencionava colocar qualquer questão, mas depois das explicações políticas ficaram-lhe algumas dúvidas. Que tinha ficado admirado de só recentemente terem sido tomadas algumas medidas relativamente a alguns gastos correntes, nomeadamente à questão dos seguros. Dois anos depois de terem entrado no Município, e dizerem que queriam colocar as contas em dia, que queriam uma gestão exemplar, julgava que muitas destas medidas já estavam tomadas mesmo antes do Plano de Saneamento Financeiro ter sido aprovado. Mas a questão principal era esta: Que milagre aconteceu para que num ano tivesse conseguido reduzir, sem mais proveitos, de quatrocentos dias para cerca de cinquenta dias o pagamento a fornecedores? Que a dúvida que tinha era, com que dinheiro foi feito? Ou se de facto foi feito outro planeamento da dívida a fornecedores, ou se foi adiada ou contratualizada, e de facto reduziu-se? Porque de quatrocentos para cinquenta dias num ano, então entendia que o Presidente da Câmara era o melhor gestor deste País.***

— Usou da palavra o Dr. Pedro Maldonado referindo-se que julgava que a explicação política iria começar pela justificação do porquê de se

ter recrutado a elaboração do Relatório a uma empresa de fora, e o mesmo não ter sido feito pela Divisão de Gestão Financeira Patrimonial e Desenvolvimento, que até tinha sido recentemente criada para este efeito. Solicitou também explicação técnica se seria possível quantificar a tal queda, fruto do Plano de Saneamento Financeiro, que todos já tinham percebido, que tinha havido um crash no número de dias de pagamento aos fornecedores. Que depois de ouvir a explicação política, apetecia-lhe perguntar, se tinha valido a pena fazer o Plano de Saneamento Financeiro, porque quando o fizeram, o prazo médio de pagamento já era de 53 dias. Portanto aparentemente já não seria necessário, ou então fez-se o Plano de Saneamento Financeiro com dinheiro a mais sem necessidade de contratualizar tanto. Ou então o que foi pago em 2010 foi feito com aquilo que transitou e constava na tesouraria em termos de liquidez. Foi dito do ponto de vista técnico que ouve uma diminuição que decorreu da própria aplicação do Plano de Saneamento Financeiro no número de dias. Mas o que o Senhor Presidente tinha dito era que já vinha de trás. Se vinha de trás, é porque havia dinheiro para ser feito, se havia dinheiro era porque o havia em tesouraria, ou seja que tinha sido deixado, ou então contratualizaram dinheiro a mais em cerca de dois milhões e quinhentos mil euros.***

_____ Usou da palavra membro Dr. Rocha Pereira para referir que não tinha ficado minimamente satisfeito com as respostas que foram dadas às suas questões. Ou não se teria expressado convenientemente ou não quiseram responder. Que não tinha feito referência alguma em termos globais a este documento. Que compreendia, que sendo o primeiro relatório, padecia de várias lacunas e que com o tempo iriam corrigir. Mas dizerem que responderam à pergunta sem o terem feito, não gostava. Questionou sobre as ajudas de custo, e o que tinha referido era muito simples. Nos primeiros nove meses de 2011 estavam reportados pagamentos de ajudas de custo de 2010 e dos nove meses de 2011. Que tinha perguntado, se era possível distinguir qual o valor real dos custos dos nove meses de 2011? Não tinha havido resposta. Sabia que se calhar não havia elementos. Mas seria de salutar que respondessem que não dispunham de elementos para responder à questão, assim como também referente ao trabalho extraordinário, e ficaria esclarecido. Dizerem que

reponderam sem o terem feito, não o convenciam nem aceitava isso. Quanto à questão das comunicações, e como o Relatório se reportava a Setembro de 2011, e como já tinham passados três meses, em Novembro foi assinado um novo contrato com a VODAFONE no intuito de reduzir custos com as comunicações móveis. Qual era o resultado em 2010? O que se tinha reflectido nomeadamente na eliminação de números de telemóveis não essenciais ao funcionamento dos serviços? Se já tinham sido implementadas estas medidas, quais os termos concretos? Isto reportava-se a Setembro e estavam em Dezembro. Que daqui a três meses iriam ter outro Relatório, e achava que era salutar que a Assembleia Municipal soubesse qual era o propósito anunciado no primeiro relatório, para saberem quando for apresentado o segundo, tinha havido execução ou não. Que compreendia e subscrevia a explicação que o responsável pelo Plano, tinha feito em relação aos seguros. Mas a questão que tinha colocado era muito específica. Em 27 de Dezembro de 2011, efectivamente tinha havido eliminação de alguns seguros? Quais? O que é que eles seguravam? Se havia, muito bem, senão havia, não havia, e no próximo Relatório isto deveria ser especificado. Mas não poderiam dizer que tinham respondido quando não o fizeram. Referiu-se por último à questão da reprogramação das actividades culturais, que o Senhor Presidente tinha abordado genericamente a mesma, mas que ao fazê-lo, fê-lo em relação ao passado. E em relação ao futuro? O que é que perspectivava? Existia alguma política concreta, e já definida que se iria traduzir na tal redução? Mais claro que isto pensava que não poderia ser. O que não gostava era de levantar questões concretas e as pessoas explanassem, e não dissessem nada em relação às mesmas.***

_____ Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho que começou por fazer uma nota introdutória. Que a questão essencial, e o que estava a ser apreciado pela Assembleia Municipal, era um Relatório de Execução do Saneamento Financeiro que se reportava a uma data concreta. Que o que estava em análise era se este Relatório estava em conformidade com aquilo que tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal em relação às medidas que foram apresentadas como necessárias à implementação do Plano de Saneamento Financeiro, e que

havia algumas respostas que seriam objecto dos futuros relatórios. Quanto às questões concretas, e relativamente às questões que foram colocadas pelo Dr. Rocha Pereira, pareceu-lhe que tinha havido alguma desatenção por parte dele na leitura do Relatório, porque tinha colocado questões concretas em relação aos custos, nomeadamente com as horas extraordinárias, as ajudas de custo, e os diferenciais que poderiam existir na relação a períodos diferentes, quando isso estava explanado no relatório com quadros mensais e com reporte aos anos de 2010 e 2011. Referiu-se à questão do exemplo que foi dado pelo Senhor Presidente da Câmara referente aos Sinais de Natal, como um bom exemplo de boa aplicação daquilo que serão as actividades culturais de baixo custo, ou até mesmo a custo zero, como sendo acções do passado e que se deveria perspectivar o que se iria passar no futuro. Que quando falaram nas acções desenvolvidas em Dezembro, não era passado em relação a este Relatório, pois o mesmo reportava-se a Setembro. Em relação à redução dos custos com actividades culturais e desportivas não tinha forçosamente de se falar em redução de actividades. Referiu que durante o ano de 2011 houve uma efectiva redução para as Associações nas transferências correntes de valores significativos mas que não se reportava no relatório nem na prestação de contas, porque tinham efectuado os pagamentos e as transferências para as Associações que estavam em atraso, e que em termos de prestação de contas não se reflectia, e o volume de transferências não era só aquilo que tinha sido deliberado pelo executivo, mas também ao acumulado do que tinha sido pago, e também em relação a um valor significativo que havia de pagamentos pendentes. Em relação à questão do planeamento das horas extraordinárias e ajudas de custo, tinha havido um conjunto de contratos de emprego de inserção, celebrados com a Câmara Municipal e desempregados do Concelho, e apesar de estes contratos terem uma taxa de financiamento significativa por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, os beneficiários tinham direito ao pagamento dos custos de transporte entre a residência e o local de trabalho, e estes custos estavam reflectidos na rubrica das ajudas. Quanto à questão dos seguros, referiu que havia seguros na Câmara Municipal que estavam contratualizados há muitos anos, tinham sido feitos em função das

necessidades do momento, nunca foi feito planeamento, e poderão estar desajustados em relação à questão dos capitais que estarão em risco, e era necessário fazer todo o cálculo daquilo que eram seguros desnecessários, e falava concretamente do parque de viaturas, na questão dos equipamentos do próprio Município, que estarão desactualizados, por força das coberturas contratualizadas. Quanto à questão das receitas da Câmara, nomeadamente ao sistema de distribuição de água, daquilo que foi a poupança, e estava a falar de, valores de cerca de setenta mil euros que acabava por reflectir-se nas receitas do Município, da própria liquidação e cobrança de taxas e licenças municipais em que tinha havido um aumento, em períodos homólogos entre 2010 e 2011 de cerca de quarenta por cento, e que eram valores significativos para este Município.***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo-se à questão do milagre. Disse que não era milagre, mas sim trabalho meritório, porque quando chegaram à Câmara Municipal todos os dez indicadores que determinavam situações de incumprimento, estavam no vermelho no âmbito do reequilíbrio financeiro, e naquele momento tinham apenas um único que estava no vermelho. Que uma parte daquele montante que estava por utilizar no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, serviria para pagar empréstimos de médio e longo prazo. Que não se tratava de milagres, mas sim de gerir bem a coisa pública. Porque se enveredassem pelo caminho de permitir que os fornecedores e empreiteiros por situações de incumprimento debitassem juros à Câmara Municipal, não conseguiram cumprir aquela meta. Pretendiam fazer obras mas com custos controlados, e exemplificou que naquele momento a Câmara Municipal estava a realizar pavimentação de alguns caminhos públicos e que uma parte substancial daquele trabalho, nomeadamente a preparação do terreno era feita pelos serviços municipais a custo zero, era evidente que tinham de contabilizar os custos associados à mão de obra, mas uma parte significativa daquela intervenção era da Câmara Municipal. Que faziam caminhos na ordem dos sete a nove mil euros, tendo em evidência a sua extensão, e que isto há uns anos atrás custava vinte ou trinta mil euros, e depois com juros de mora, custava muito mais dinheiro, e que esta realidade não poderia repetir-se. Que a obra

não podia custar qualquer preço. Que a gestão rigorosa e criteriosa em termos de serem cumpridores com os fornecedores, era um trabalho que queriam fazer no futuro. Se perguntassem ao conjunto de fornecedores em Castelo de Paiva, iriam ter de certeza o eco de que dava gosto fornecer à Câmara Municipal porque iam receber, e este era o maior elogio no âmbito da gestão autárquica.***

____ Usou da palavra o Vereador Senhor José Manuel Carvalho referindo-se que se tinha esquecido de abordar uma questão que tinha sido colocada pelo Dr. Rocha Pereira que tinha a ver com a redução de custas com as comunicações fixas e móveis e resposta directa à eliminação dos números de telemóveis. Referiu-se que quanto à questão de implementação do sistema de comunicações VOIP, ia notar-se nos próximos relatórios. Em termos de comunicações fixas já estavam a notar uma redução drástica daquilo que eram os custos com as comunicações e que já existiam naquele momento. Em relação à eliminação dos números de telemóveis, não poderia pormenorizar, porque não tinha elementos, mas o que estava contratualizado com a VODAFONE era um pacote de números em que estavam associados os números do executivo, encarregados, e algumas instalações. Mas que incluíam um conjunto de números de telemóveis, que na sua perspectiva não se justificava que fosse tão elevado. Assim, no âmbito da contratualização que foi feita com a VODAFONE foi possível reduzir esses números que tinham uma utilização escassa ou nenhuma, para terem uma redução significativa do valor mensal da assinatura. Com a nova contratualização feita com a empresa, foi possível eliminar um conjunto de números, e apesar de não terem um efeito directo com a diminuição de custos com as comunicações em termos de utilização, tinham um efeito directo com a redução de custos com a assinatura mensal.***

____ Usou da palavra o Dr. Virgílio Macedo, responsável pela execução do Plano de Saneamento Financeiro, para referir que o que estava em causa e discussão era um relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro e em termos de apreciação reflectia-se a realidade que tinha sido executada em termos de medidas do mesmo Plano. Não tinha qualquer aspecto em termos quantitativos ou de opinião

relativamente ao que foi feito, àquilo que poderia ter sido feito, ou se aquilo que foi feito, foi bem feito ou mal feito. Não emitia nenhum juízo de valor relativamente à execução do Plano de Saneamento Financeiro. O que dizia exactamente era qual o ponto da situação à data de 30 de Setembro, relativamente a um conjunto de medidas quantitativas e qualitativas relativamente a um Plano de Saneamento Financeiro. Que isto era um relatório técnico e não político.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha que referiu, que não sendo um técnico de economia, achava que não tinha ficado esclarecido este assunto. Na sua análise e se calhar na análise geral feita pelo PSD, ficaram duas coisas muito concretas. Que uma das razões para a redução dos pagamentos a fornecedores devia-se basicamente ao Plano de Saneamento Financeiro e da redução da dívida de curto prazo passar a médio e longo prazo. A outra questão tinha a ver com o investimento em 2010, do mais reduzido que houve há cerca de vinte e cinco anos. As despesas de investimentos no concelho foram muito reduzidas. Eram estas as duas conclusões que tiravam. Poderiam acrescentar alguma redução da despesa corrente, mas não podiam tirar ilações precipitadas, e não podiam na praça pública dizer única e exclusivamente que a resolução deste problema se devia à boa gestão do Município, esquecendo estes dois factores. Que não era técnico, mas tinha sido esta a análise que tinha feito, pois passava para a praça pública que de facto o Senhor Presidente da Câmara era um óptimo gestor, tinha utilizado uma varinha mágica e tinha resolvido o problema aos fornecedores.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que iria fazer um comentário à intervenção do Senhor Prof. José António Rocha, porque estava um pouco desajustado. Que um Plano de Saneamento Financeiro visava passar dívida de curto prazo para dívida de médio e longo prazo, e estava a falar no âmbito do relatório num período de 4 de Março a 30 de Setembro, e que tinham mantido os mesmos níveis. Falava sempre em 2010, porque o PREDE tinha tido uma execução praticamente na totalidade até final de 2009, estavam com os indicadores todos no vermelho e em ruptura financeira. A partir de 2010 fizeram crescer os prazos médios de pagamentos. Que havia um outro dado, e contrariamente ao que tinha acabado de dizer em relação

ao investimento, tinham duas obras que foram feitas, e apesar de serem financiadas a setenta e oitenta por cento, estavam a falar de dois milhões de euros. Que a componente nacional e as duas obras já estavam pagas na totalidade, e que isto significava que não ficaram a pagar juros de mora, e aqui estava um dos grandes segredos da boa gestão. Que fizeram os investimentos mas sabiam que tinham condições para assumirem as responsabilidades e compromissos que assumiram na componente nacional, e que representaram um esforço considerável para o Município, atendendo à realidade da Câmara Municipal.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para referir que a Assembleia Municipal apreciou este documento, que achava que estavam todos esclarecidos, e que se iriam aguardar os próximos relatórios. Agradeceu aos Senhores representantes da Empresa que elaboraram a execução do Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, e desejou-lhes um bom Ano de 2012 em nome da Assembleia Municipal.***

____ 2 – APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ Presente o ofício 10895 de 07.12.2011, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 5 de Dezembro de 2011, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 1.601.622,75 (um milhão seiscentos e um mil seiscentos e vinte e dois euros e setenta e cinco céntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 02/12/2011, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.114.229,61 (dois milhões cento e catorze mil duzentos e vinte e nove euros e sessenta e um céntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira que começou por pedir esclarecimento sobre uma reunião com a Estradas de Portugal sobre as acessibilidades para Castelo de Paiva, que conjugava de algum modo com outro item, a reunião com o Administrador da Estradas de

Portugal Dr. Rui Nelson. O outro assunto tinha a ver com a reunião com a SIMDOURO SA para discutir os investimentos no Concelho, e uma presença na Assembleia Geral daquela Empresa. Que gostaria que esclarecessem sobre a temática abordada nestas duas importantes reuniões.***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e começou por referir que relativamente à questão das acessibilidades, tinha estado em Castelo de Paiva novamente o responsável máximo da Estradas de Portugal, Dr. Rui Nelson, os assuntos e as preocupações continuavam a ser os mesmos, que estavam a aguardar que as obras complementares, que era um compromisso assumido por escrito pela Estradas de Portugal com a Câmara Municipal, seriam concretizadas, nomeadamente as passagens superiores na Variante à E.N. 222, e a outra que era uma pretensão do Município, para além do IC 35, a conclusão da ligação da Variante à E.N. 222 ao nó da A32 em Canedo. Mas que todos sabiam das restrições que estavam a ser impostas, por causa do contexto actual do País, os investimentos estavam todos parados. Que uma das soluções que tinha sido preconizada era a afectação de Fundos Comunitários para investimento de proximidade, e esperava que estes Fundos Comunitários chegassem a Castelo de Paiva. Que naquele momento não tinha qualquer garantia nem indicação de que isto pudesse acontecer. Que havia interesse do Município e da Estradas de Portugal, mas as restrições que estavam a ser colocadas não permitiam dizer com segurança que tanto um investimento como o outro viessem a concretizar-se num curto espaço de tempo. O que julgava importante era que em termos de projecto e de estudos que sejam necessários elaborar, nomeadamente na ligação da Variante à E.N. 222 ao nó da A32 em Canedo, deveriam avançar o quanto antes, porque existindo uma janela de oportunidades para colocar este investimento era muito importante para o Concelho de Castelo de Paiva. Que havia um quadro de indefinição, não se sabia o que iria acontecer em termos destes investimentos, mas disseram-lhe que se o túnel do Marão avançasse não ficaria nenhuma verba disponível, porque só aquela obra iria absorver todos os Fundos Comunitários. Que já várias vezes tinha solicitado reuniões ao Senhor Secretário de Estado das

Obras Públicas e não tinha tido uma resposta por escrito, e ainda não tinha percebido qual a intenção do Governo, se de facto tinha ou não condições de avançar com alguns daqueles investimentos para Castelo de Paiva. O que tinha pedido à Estradas de Portugal, enquanto entidade autónoma, era que fizesse o trabalho de casa, para que se pudessem preparar para terem condições, se existissem oportunidades, de avançar com esta obra. Que a sua pretensão mantinha-se de pé, que era sempre este assunto que colocava quando falava com o representante máximo da Estradas de Portugal, mas que reconhecia que naquele momento em termos de autonomia, de decisão e de condições para avançar com a obra ele não tinha poder, poderia ter em termos de trabalho preparatório, mas em termos de execução ou de decisão de investimento não tinha qualquer poder para o fazer, porque não reunia condições para isso. Referiu que tinham sido estes os assuntos discutidos na reunião com a Estradas de Portugal. Quanto à SIMDOURO, em termos de Contrato de Financiamento e de Fundo de Coesão estavam assinados, mas com a entrada do novo Governo, todos os projectos de investimento entraram numa fase de reanálise. Que estavam numa situação de espera, mas achava que a decisão que o Governo viesse a tomar seria favorável, porque não poderia ser de outra maneira. Que não conseguia compreender que um projecto daquela natureza estivesse parado, e tinham as entidades que pertenciam ao mesmo organismo a fiscalizar as entidades públicas e a aplicar coimas. Sabia que o Concelho de Cinfães tinha uma coima que podia atingir o valor de oitenta mil euros, e que esta verba era insuportável para um município como o de Cinfães ou como Castelo de Paiva. O que sabia era que em termos de SIMDOURO e dos Municípios que lhe estavam agregados, estavam a fazer uma pressão muito forte junto do Governo para que decida rapidamente, e esperava que acontecesse a curto prazo. Que o projecto estava em reanálise, e provavelmente também estaria o projecto do Cais do Castelo, porque ia haver uma fusão do IPTM noutro Instituto, e que estavam todos num quadro de indefinições de projectos que eram essenciais para o Concelho e esta Região.***

3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2012.-

____ GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012.

____ AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS;

____ MAPA DE PESSOAL;

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve introdução sobre o Plano e Orçamento. Começou por referir que este Orçamento era um documento preventivo face à grande indefinição da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, e às consequentes medidas de ajustamento que o Governo impõe às Autarquias Locais. Que iria ser um Orçamento rigoroso, com vista a assegurar o equilíbrio e a estabilidade financeira a longo prazo, de forma a dar cumprimento ao Plano de Saneamento Financeiro em vigor. Referiu também que a quebra nas transferências do Estado para as Autarquias, representavam uma quebra de 14% relativamente ao ano anterior, e originava uma redução na receita corrente de 10,23%. Que se a este corte fosse somado o corte do ano anterior, estava a falar num valor acumulado de perto de seiscentos mil euros. Que seria um ano difícil, e que implicaria redução na despesa. Que o montante global do Orçamento atingia os dezanove milhões e trezenos mil euros, em que a despesa prevista reduziu em cerca de dois milhões e quinhentos mil euros em relação a 2011. Que esta redução assentava numa poupança corrente de cerca de um milhão e cem mil euros, sendo de destacar uma redução das despesas de funcionamento de cerca de quatrocentos e sessenta e oito mil euros, ou seja, 6% em relação a 2011. Que esta redução das despesas de funcionamento consubstanciava-se, por exemplo, na redução de despesas com pessoal, de cerca de 7%; na redução de despesa com aquisições de bens e serviços, de 4%, e nas outras despesas correntes, de 17%. Que havia uma outra redução de um milhão e trezentos mil euros, ou seja cerca de 47%, no serviço de dívida do Município em relação ao ano anterior, nomeadamente, devido ao Plano Saneamento Financeiro e, sobretudo, com o facto de se ter acabado com os juros de mora a empreiteiros. Ao nível do investimento, estava prevista uma verba de oito milhões novecentos e oitenta e cinco mil euros, o que representava cerca de 42% do valor total do Orçamento. Que este investimento consubstanciava-se numa série de projetos ao nível da

Regeneração Urbana, dos Arruamentos, do Centro Escolar do Couto Mineiro do Pejão, e da Área de Acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira, que teriam execução destes projectos, se as candidaturas a fundos comunitários fossem aprovadas. Que era um Orçamento que procurava o maior realismo possível, que dava um sinal de que estavam a cumprir com uma política de rigor, e que por outro lado, não descuravam o investimento e o apoio social. Referiu que no que concerne às Juntas de Freguesia, tinham sido mantidos os valores dos protocolos que celebraram no ano anterior e que tinha sido introduzido o novo protocolo de transportes escolares efetuados pelas Juntas de Freguesia. Quanto à área social esperava realizar investimento no próximo ano, seria uma aposta, e continuariam a ter iniciativas no âmbito social e outras poderiam surgir em função das circunstâncias de forma a conseguirem ajudar as pessoas. Que deveria ser uma das prioridades do Município e das próprias Juntas de Freguesia. Que o próximo ano iria ser muito exigente para todos, de muitas solicitações, e que todos aqueles que tinham responsabilidades, teriam de estar vigilantes a situações de dificuldades das famílias, que deveriam ser sinalizadas e encaminhadas, porque se houvesse necessidade comprariam géneros alimentícios para as pessoas. Que teriam de estar atentos, porque havia pessoas que tinham vergonha de admitir que estavam a passar dificuldades, mas deveriam ter atenção redobrada porque o próximo ano iria ser muito duro, e como tinham responsabilidades tinham de estar atentos, e arranjar soluções para puderem ajudar as pessoas. Era um momento que exigia a entreajuda de todos, independentemente de questões de natureza político-partidária, teriam que estar atentos às situações e que deveriam estar coesos e solidários na ajuda às pessoas. Que já tinham sentido isto na altura do Natal, em que se tinha notado claramente que cada vez mais havia mais famílias a atravessar dificuldades, mas pelo menos em termos de alimentação, tinham a responsabilidade de estarem atentos e de ajudar as pessoas porque havia mecanismos que poderiam se accionados e que poderiam funcionar para as ajudar. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa referiu que estavam abertas as inscrições para a discussão deste ponto. Que tinha quatro inscrições e

que se não houvesse mais, encerraria as mesmas. Que estava a cumprir o Regimento, e tinha de gerir o tempo pois os trabalhos da Assembleia terminariam à meia-noite.***

— Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que todos reconheciam a importância que tinha um orçamento e um Plano na vida deste Município, mas a verdade é que estava condicionado ao Plano de Saneamento Financeiro que foi aprovado. Que naquela altura, e tinha votado a favor daquele Plano, tinha dito ao representante da Empresa, que uma coisa era o Plano de Saneamento Financeiro, e outra era a estratégia política, e que o tal senhor tinha dito que era mentira, que não havia estratégia política. Mas havia, e se fossem à página 66 , e citou “...*Acções a implementar de forma a atingir objectivos estratégicos a que se faz referência a actuação do Município de Castelo de Paiva vai ser norteada...*” e depois especificou: balcão único de atendimento, o românico, o troço Pejão-Ponte do Arda, arruamentos urbanos, loja de turismo, edifício da cadeia, o parque empresarial da Cruz da Carreira, a requalificação do Mercado Municipal, etc. Que aquilo que de facto a Câmara Municipal tinha tentado executar, era o que estava ali. O Representante na altura tinha dito que não, mas agora a Câmara Municipal na prática vinha demonstrar que sim. Que não era uma crítica, era uma constatação, só estava a recapitular para chegar à conclusão que, os documentos em si valiam o que valiam, era intenção ou propósito do Município. Disse que o Presidente da Câmara tinha referido que este era um Orçamento preventivo, mas ele chamava-lhe defensivo. Mas que havia questões que não traduziam aquilo que seria do seu gosto pessoal. Não via uma estratégia objectiva, clara, com horizontes de médio e longo prazo, porque se cingia ao Plano de Saneamento Financeiro. Estava a falar de questões, de situações, e objectivos que já vinham de trás. Achava que já era tempo de pôr em prática orçamentos participativos. As dificuldades que atravessavam estimulavam e justificavam que chamassem as pessoas, as colectividades a participar na obra pública em conjunto, solidariamente. Que este era o penúltimo orçamento que o Senhor Presidente da Câmara apresentava neste mandato, e ficava muito triste por verificar que já não haveria tempo para pôr em prática orçamentos participativos. Referiu-se a três casos

concretos que lhe tinham chamado à atenção. Começava pela sua freguesia, Raiva. Uma adenda que tinha sido enviada e que se reportava a obras a realizar em função da disponibilidade financeira do Município, e eram muitas. Chamava-lhe particularmente a atenção a obra número 14 da Freguesia de Raiva. “Arruamento do Cruzeiro – Serradelo. Conclusão”. Só perguntava sinceramente, e solicitava que respondessem com verdade. Isto era uma intenção? Ou havia de facto uma intenção verdadeira, concreta de modo a que pudesse ser publicitada junto da população, que era desta que a obra ia ser concluída? Penúltima questão tinha a ver com as “Transferências para as Freguesias no âmbito da delegação de competências – Transferências de Capital”. Que havia aqui uma coincidência para todas as freguesias, que era o item da “Limpeza e Manutenção das Vias Municipais para 2011, e que era a mesma verba três mil e trezentos euros. E a pergunta que fazia era esta: Se efectivamente se reportava a transferências que deveriam ter sido pagas em 2011 e não foram, porque é que apareciam aqui reportadas a 2011? Última questão tinha a ver com ...”Encargos com Projectos já fisicamente concluídos. Plano Plurianual de Investimentos para 2012. – Projectos já fisicamente concluídos.” Estavam a falar de projectos ou obras feitas? Ou obras feitas que ainda não tinham sido liquidadas? Porque havia uma obra que tinha a ver ainda com a EB 2/3 do Couto Mineiro. Também fez referência à construção do Cemitério da Raiva. Era uma obra já fisicamente concluída? Que tinha pena que neste documento não tivessem dado atenção à questão das Casas Mortuárias. Achava que devia ser feito um esforço colectivo no sentido de cada freguesia dispor de uma Casa Mortuária.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Fátima Strecht que começou por desejar as Boas Festas a todos. Referiu que o Executivo procurou apresentar os valores mais realistas possíveis, para contrapor os orçamentos idealistas que antigamente tinham sido apresentados na ordem dos trinta milhões de euros, e que agora chegavam aos valores do orçamento atendendo à receita do Município, conforme o que o Senhor Presidente da Câmara referiu que tinham receitas próprias directas muito reduzidas e que viviam com o “salário mínimo nacional”. Que tinha sido notório o esforço para apresentação dos valores que estavam mais de

acordo com a receita que era previsível que o Município arrecadasse. Frisou ainda o esforço para se acabar com os juros de mora que foram ruinosos ao longo dos anos para este Município. Que achava que, sobre este assunto o CDS-PP, mas nomeadamente o PSD, pensava sinceramente que ficava bem ao PSD por tudo e mais alguma coisa, participar ou partilhar do esforço que a Câmara tinha vindo a fazer ao longo dos tempos. Honra fosse feita a alguns Presidentes de Juntas de Freguesia eleitos pelo PSD que demonstraram sensibilidade e responsabilidade no que tocava a esta situação. Que este sentido de responsabilidade e sensibilidade deveria ser alargado a outros membros do PSD, e concerteza alguns deverão concordar que tinha havido um rigor na gestão, sem descurar apostas essenciais para o futuro do concelho. Que o Presidente da Câmara tinha frisado a criação da área de acolhimento empresarial, criação de centros escolares, e a melhoria das acessibilidades. Que estavam a conseguir amortizar a dívida e a reduzir sucessivamente os prazos médios de pagamento. Que sabiam que da parte do PSD procuravam explicar esta redução dos prazos médios de pagamento através do PREDE e do Plano de Saneamento Financeiro. Que no entanto o Senhor Presidente da Câmara sistematicamente tinha vindo a frisar que se devia essencialmente a estratégias que tinham sido feitas na contenção da despesa, em pagar e recorrer aos fornecedores e comerciantes da terra, pagando-lhes no menor curto prazo de tempo possível, eliminando-se assim o pagamento astronómico de juros na ordem dos 10% e 11% conforme se passava nesta Câmara. Achava que não estava enganada, mas na intervenção que o Dr. Rocha Pereira tinha feito teria procurado, directa ou indirectamente, ver aqui explanadas grandes obras. Mas mais do que ninguém, o Executivo gostaria de ter aqui grandes obras explanadas, mas infelizmente isto não era possível, porque não poderiam viver acima das suas possibilidades. Que todos já tinham ouvido que o País estava da maneira como estava porque tinham vivido acima das suas possibilidades. Que tinha sido notado a existência de cortes em dois anos na ordem dos seiscentos mil euros, a acrescentar a isto o aumento do IVA na facturação da electricidade, e ainda o aumento no princípio do próximo ano de 4%. Que se viam que isto repercutia-se numa factura de cinquenta ou sessenta euros das nossas

casas, imaginassem o que se repercutia numa factura do Município. Pensava que eram estes os pontos que deveriam sensibilizar aquando da votação deste documento.***

____ Interveio o Presidente da Mesa para relembrar o Regimento na parte referente à Aprovação do Orçamento, e leu os artigos 58º. e 59º.. Que tinha aberto as inscrições ao abrigo do previsto no artigo 58º. que eram os pedidos de esclarecimentos e respostas por parte do Senhor Presidente da Câmara ou de algum Vereador. Que iria falar com os representantes dos Grupos Municipais para estabelecerem até que horas a discussão poderia ir, de maneira a que a Assembleia terminasse à meia-noite, conforme estava estipulado no orçamento.

____ Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha que referiu que relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, e aproveitando a indicação da Drª. Fátima Strecht, saudava o Executivo pelo investimento que iria fazer no Centro do Couto Mineiro do Pejão, porque o PSD estava sempre numa perspectiva construtiva e positiva, e quando tinha de elogiar e saudar as boas iniciativas também o fazia. Mas relativamente a este assunto, e porque lhe suscitou algumas dúvidas questionou o Executivo do seguinte: Que era ponto assente que a obra se iria executar. Mas em 2012 ou 2013? Que tinha ouvido no discurso de Natal do Senhor Presidente da Câmara, que tinha submetido a candidatura, e por curiosidade já tinha visto que a obra encontrava-se em concurso público com uma previsão de um milhão e trezentos mil euros e com a execução de 365 dias. Mas depois de ler o conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, suscitararam-lhe dúvidas, porque constavam três prioridades, área de acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira, Centro Escolar do Couto Mineiro do Pejão, e requalificação de arruamentos urbanos. Passou a citar: “...A este nível será igualmente de referir que a execução dos investimentos em causa será efectuado na exacta medida em que forem asseguradas as fontes de financiamento no âmbito do QREN...” . Que a questão era: Se eventualmente a taxa de financiamento não estivesse assegurada a obra iria concretizar-se na mesma? Que eram estas as questões que gostava que fossem esclarecidas. Se efectivamente aquela obra se concretizasse, reconheceria que tinha sido dado um grande passo para a verdadeira

construção de uma marca identitária no Agrupamento do Couto Mineiro, e se calhar teriam alguns argumentos para no futuro reivindicarem a não fusão do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão. Se eventualmente as comunidades locais e neste caso os Conselhos Municipais de Educação, os Agrupamentos Escolares pudessem ter uma força e uma persuasão junto do Estado Central, sem dúvida iria resolver o problema das exigências educativas relativamente à Educação. Que reconhecia que os passos que se deram no Couto Mineiro não foram seguidos pela mesma ambição, energia, entusiasmo e disponibilidade como na zona do alto Concelho. Que relativamente às Freguesias de Sardoura e S. Martinho, tinha analisado os números, e estas duas freguesias em termos de população escolar tinham praticamente o mesmo número de alunos que o Couto Mineiro do Pejão. Soube que em Conselho Municipal de Educação, tinha sido estudado a hipótese da construção de um possível Centro Escolar naquela zona, que pudesse até agregar uma outra Freguesia, mas não tinham sido feitos grandes avanços e desenvolvimentos quanto a esta matéria. Mas ainda iam a tempo, tinham de aproveitar as oportunidades que existiam até 2013. Que tinham de pensar numa gestão educativa para o concelho equitativa e equilibrada. Que afectivamente gostava muito do Couto Mineiro, mas afectivamente também gostava muito de Sardoura e S. Martinho e por isso não queria que as crianças do Couto Mineiro tivessem mais qualidade que as de Sardoura ou de S. Martinho. Que tinha ouvido o debate político entre o Vereador Norberto Moreira e o Senhor Presidente da Câmara relativamente à construção e ao avultado investimento de cerca de vinte milhões de euros na requalificação da Escola Secundária. Que tinha reflectido e perguntado a ele próprio, se o centralismo político deixasse as comunidades locais decidirem o que fazer nos seus municípios, através de projectos educativos municipais? Será que os vinte milhões de euros que estavam a ser investidos na Escola Secundária de Castelo de Paiva, não conseguiram resolver o problema educativo de todo o Município? Será que com vinte milhões de euros não conseguiam construir um Centro de Escolas do Couto Mineiro do primeiro ciclo, e eventualmente outro Centro Escolar que fosse colocado em Sardoura, S. Martinho ou Real? Que estas questões tinham de ser

colocadas quando falavam em gestão dos recursos, e quando a palavra contenção andava na ordem do dia. Que isto não era culpa do Executivo camarário, se calhar a única razão onde falharam era por não terem dialogado, e a voz deles não tivesse chegado ao Centro Político de Lisboa que tudo determinava e tudo decidia, e que eles não foram ouvidos nem escutados. Que era muito interessante que na questão da Escola Secundária de Castelo de Paiva, o Conselho Municipal de Educação tivesse uma voz activa e crítica relativamente àquele investimento sem deixar de dar importância ao mesmo, e à qualidade que aí vinha. Que corriam o risco da gestão educativa do Concelho ficar assimétrica e desequilibrada e convinha ver o que se poderia fazer sobre esta situação. Quanto aos Presidentes de Junta, e relativamente ao trabalho de todos eles, disse-lhes que nos dias de hoje ser Presidente de Junta em Castelo de Paiva era das tarefas mais frustrantes que tinham. Porque o que os Presidente de Junta tinham de fazer, fruto deste condicionamento, era aplicarem os serviços mínimos obrigatórios, e não poderiam fazer muito mais. Que aproveitava o que o Dr. Rocha Pereira tinha referido sobre o orçamento participativo, e que uma forma deste orçamento também vinha dos Presidente de Junta, porque eram eles que estavam junto das populações e associações e traziam o que era necessário para as freguesias. Mas o que acontecia era, fruto da conjuntura, reunirem com o Senhor Presidente da Câmara, e os projectos e empreitadas para 2011 eram aqueles que estavam lá, mas se fossem ver para 2012 eram quase os mesmos, e por isso o orçamento participativo ficava condicionado por toda esta conjuntura. Que concordava com o Senhor Presidente da Câmara porque a altura era difícil, e também tinha de passar esta mensagem, mas quanto à questão da austeridade, muitas das vezes na teoria parecia o Dr. Passos Coelho do País pela mensagem de austeridade e de endividamento que colocava, só que muitas das vezes a prática não era essa. Que era crítico à gestão do Dr. Passos Coelho porque havia uma preocupação muito grande pelo lado da dívida, mas não havia pelo lado do crescimento da economia. Que em Castelo de Paiva gostaria de ter visto, algumas estratégias e alguns pontos de vista relativamente ao problema do desemprego. O que é que o Município poderia fazer em relação ao problema do desemprego? O

que é que o Município poderia fazer relativamente à criação e ao apoio do desemprego jovem que existe? Que tinha de reconhecer que provavelmente estava na hora da Câmara criar uma estrutura dirigida para o crescimento e desenvolvimento de Castelo de Paiva e isto poderia estar explanado no Orçamento para 2012.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho que começou por dar as boas vindas ao novo Vereador da Câmara, e referiu que todos os elementos do Executivo que estavam presentes, nada tinham a ver com os Executivos anteriores, e esperava que fosse um sinal de novidade e mudança política. Felicitou a Mesa por ter emendado um pouco a mão, num debate tão importante como este de ter encerrado as inscrições, quando tinha acabado de as abrir, e que isto não estava previsto no Regimento. Referiu-se à intervenção do Dr. Rocha Pereira que tinha falado do orçamento participativo, tinha censurado e deitado alguma responsabilidade à lei, porque não deixava margem de criatividade que gostaria de ter para intervir e contribuir para a feitura deste documento e do que se ia fazer a nível do Município em 2012. Que isto era certo, pois não tinham a prática de orçamentos participativos. Que corriam o risco de nem sequer terem noção que poderiam usar outras elasticidades democráticas que o Regimento consagrava. Que a Mesa já tinha dado conta de que a tramitação da discussão deste ponto não era abrir e encerrar as inscrições, porque durante o debate poderia surgir a necessidade de fazerem inscrições e darem o seu contributo.***

____ O Senhor Presidente da Mesa interviu para referir que estavam no ponto de pedidos de esclarecimentos à Câmara sobre o Orçamento, e que ainda não tinha feito nenhum pedido de esclarecimento à Câmara. Chamou-o à atenção que a Assembleia terminaria à meia-noite, e que a seguir ainda ia haver debate. Solicitou-lhe, em nome da Assembleia que fizesse os pedidos de esclarecimentos à Câmara Municipal conforme estava estipulado no Regimento.***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho continuou a intervenção referindo que não sabia se a Mesa estava inscrita para falar, mas já teria acabado senão fosse a interrupção.***

____ O Senhor Presidente da Mesa interveio novamente para dizer que o Presidente da Mesa dirigia os trabalhos e tinha o dever de chamar à

atenção, que estava no Regimento e fazia-o em nome da Assembleia Municipal.***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho continuou a intervenção. Que efectivamente era um documento importante e que se identificava com a última intervenção e também com a do Dr. Rocha Pereira. Mas que estavam confrontados com um Orçamento e um Plano com as condicionantes que tinham referido. Que o Plano de Saneamento Financeiro era um espartilho que limitava o Plano e o Orçamento para 2012. Referiu que também era contra o Plano, que não era o que o satisfazia nem o que desejaria que fosse, mas tinham outro espartilho que se chamava PPC, que era Pedro Passos Coelho. Tinha de o respeitar porque tinha ganho as eleições, mas também tinha todo o direito de discordar de todos os condicionamentos e limitações impostos pela Administração Central. Que efectivamente estavam muito condicionados e limitados na acção e nas contas para 2012. Referiu-se à intervenção do Prof. José António Rocha que tinha dito que gostava de ver um programa especial para os desempregados. Mas que a política que nos governava a nível da Nação tinha uma fé inabalável no liberalismo, e estavam a viver um clima onde as leis e os regulamentos eram expressamente revogáveis ou ficavam sem vigência, e que era o que estava a acontecer nos domínios da lei do trabalho. Que o Pedro Passos Coelho acreditava no liberalismo, e que o não condicionamento das empresas e do despedimento tudo ia resolver porque a iniciativa privada era rei e senhor e ia resolver tudo. Pensava que o Vítor Gaspar acreditava mesmo no que estava a fazer, mas na sua opinião ele ia errar, e que ia dar mau resultado. Que o que se estava a passar, eram coisas aplicadas na prática antes de a Lei estar aprovada. Que sabia do que estava a falar porque estava metido em problemas concretos daquela natureza, e não sabia senão ia dar em suicídios, e que era gravíssimo para quem estava desempregado, desesperado, e com rendas de casa, com os filhos, etc. Que seria bom que tivessem um programa de acudir ao desemprego e a outras situações, mas que isto ia contra o clima que foi criado e que estava a ser aplicado. Que estes constrangimentos a que obedecia o Plano e Orçamento não era o que queria, provavelmente não era o que a Câmara nem os Vereadores queriam, mas o que estava para

apreciação era, se era ou não o possível, ou o melhor possível. Que tinha ouvido um político do Concelho dizer que não havia obras desta Câmara, mas na sua opinião uma Autarquia não era uma empresa de construção civil. Que as autarquias tinham outros objectivos, e o que era essencial eram as pessoas. Que o que tinham de perguntar era, com os meios que tinham este Orçamento e o Plano satisfaziam o melhor que podia os interesses dos Paivenses? Que não era este o Orçamento que gostaria de ter para Castelo de Paiva, mas iria votar a favor dele com as limitações todas e com os constrangimentos que teriam de suportar. Que o Plano de Saneamento Financeiro impunha regras restritas devido à gestão danosa e gostaria que não voltasse a repetir-se. Que quando há pouco tinham abordado a questão dos prazos de pagamento da dívida, achava que estava mal colocado, porque podia ser um erro de gestão pagar uma dívida a 50 dias quando se poderia pagar a 90 dias sem custos. Que a questão não era esta, mas sim quanto custava não cumprir no prazo que tinha sido estipulado? Se pagarem depressa irão concerteza fazer melhores contratos. Gostava que a Câmara criasse uma exigência de gestão que efectivamente quem fornecesse serviços e materiais pudesse dizer que eram cumpridores. Que era preciso ter alguma memória, porque há dois anos atrás tinham dívidas por pagar com dez anos. Que não era necessário perder tempo com o passado, teriam de ir para o futuro, e o que importava era não cair novamente naquela armadilha. Que o que importava era gerir bem e esperava que este Plano estivesse equacionado de forma mais excelente que tivesse sido possível satisfazer o máximo de interesses possíveis. Referiu-se à intervenção do Prof. José António sobre os milhões que vinham para o edifício da Educação, achava que era justo, mas que isto tinha sido um preço, que era a credibilidade e a seriedade de quem geria, porque se estes milhões viessem para quem não soubesse gerir, era o fim. Que deveriam reclamar mais autonomia para as autarquias, mas tinham uma condição que era gerir bem os meios que eram colocados à disposição. Por último felicitou a Câmara pelo Plano e Orçamento e que dava o seu apoio à boa gestão, que aplicassem as soluções que fossem mais vantajosas e rigorosas para que pudesse cimentar a ideia que os eleitos cumpriam o seu dever.***

____ O Senhor Presidente da Mesa questionou-o qual tinha sido a questão que tinha colocado ao Senhor Presidente da Câmara.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que começou por referir que lhe fazia alguma confusão ouvir o Dr. Rocha Pereira falar de orçamentos participativos e que ideologicamente era giro. Que também era giro ideologicamente ouvir a Drª. Fátima Strecht apelar à conduta do PSD. Que ideologicamente também era curioso fazer incursões sobre aquilo que tinha sido alguma despesa nacional ou local, como sendo justificativo de alguns condicionantes no presente. Que ainda dentro do mesmo espírito de assimilação, ouviu o Senhor Presidente da Câmara ser comparado com o Senhor Primeiro Ministro, e que o mais curioso foi quando o Dr. Gouveia Coelho disse bem da Mesa, mas ao fim de cinco minutos tinha voltado tudo ao normal. Que ia já colocar a dúvida que tinha para não ter que ouvir a mesma pergunta do Senhor Presidente da Mesa. Receita de Capital, Vendas de Bens e Investimento. Que era Curioso como a memória era curta e selectiva. Porque se recordava que na primavera deste ano o Ministro das Finanças não tinha dinheiro para pagar pensões e salários a partir de Junho de 2011. Era o Ministro das Finanças Teixeira do Santos liderado pelo José Sócrates, e que isto não tinha sido há quinze anos atrás, tinha sido na primavera deste ano. Que não iam fazer de conta que o que estava a acontecer era dramático e que era feito por maldade de quem estava a governar o País. Mas não iam fazer de conta, que não houve uma governação que tinha antecedido isto. Que o incomodava do ponto de vista político que fizessem de conta que o País parou há uns quantos anos atrás, que recomeçou a partir de Julho de 2011, e era um ponto de chegada de uma governação dramática. Por muito que custasse era bom recordar a algumas pessoas que havia um memorando que também foi subscrito pelo Partido Socialista. Que a conjectura, as circunstâncias e a realidade que se dizia ser do País, passados três ou quatro meses veio-se a saber que era outra, o que agravou em certa medida aquilo que teve de ser feito. Por último questionou o Senhor Presidente em que é que em concreto previa a realização de quatro milhões quatrocentos e treze mil e vinte e seis euros, no que dizia respeito a vendas de investimento?***

____ Usou da palavra o Membro Dr^a. Fátima Strecht para responder à intervenção do Dr. Pedro Maldonado. Que não tinha nada a ver o desejo de Boas Festas com o apelo ao voto por parte do PSD. Que tinha frisado bem quando começou a falar do orçamento. Que tinha feito questão de dar as Boas Festas a todos quando interviesse no Período de Antes da Ordem do Dia, mas como a primeira intervenção ocorreu neste ponto do Orçamento tinha-o feito. O apelo que tinha feito ao PSD era no sentido, não por se sentirem obrigados a nada por estarem nesta época natalícia, mas por entender que tinham responsabilidades e melhor do que ninguém deviam assacá-las aquando da tomada de posição em relação à votação deste ponto.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, que começou por se referir relativamente a uma afirmação que tinha sido feita, referente às obras. Que não sabiam onde estavam as obras. Achava que não deviam ter memória curta, e era por isso que cada vez mais ganhava aversão a certos políticos deste Concelho, porque até há dois anos atrás, tudo o que contava eram as obras. Que as obras não existiam e que só havia dívida. Mas naquele momento mudaram radicalmente de discurso. Que achava que aquele tipo de discurso deveria ser erradicado da política paivense. Questionou a Câmara Municipal, se a receita normalmente era de dez milhões de euros, e a previsão era de dezanove milhões de euros, se estavam a falar de um orçamento empolado em quase 100%, ou se efectivamente para 2012 estavam a contar com os dezanove milhões de euros? Ou estavam a criticar o passado e a cometer o mesmo erro? Quanto às Juntas de Freguesia havia cerca de 44% de verbas referentes às transferências para conservação e manutenção das vias municipais em 2011 que transitavam para 2012 no valor de três mil e trezentos euros. Se era real intenção da Câmara Municipal pagar a verba restante de 2011, e a de 2012 em 2012? Ou estavam a adiar, e a irem mais uma vez contra aquilo que diziam, que era apoiar as Juntas de Freguesia, dinamizá-las e quando chegava a hora de receberem, o dinheiro não vinha? Solicitou uma rectificação relativamente às transferências de verbas para aquecimento conservação e manutenção de edifícios escolares, pois o que estava previsto em Orçamento para a Freguesia de Real era para três salas, quando na realidade eram quatro

salas. Questionou se as senhas de presença de 2010 e 2011 desta Assembleia seriam pagas em 2012? Se estava previsto em Orçamento ou não? Lembrou que a folha que tinham assinado no inicio da sessão eram referentes às duas primeiras sessões da Assembleia de 2010. Que já passavam quase setecentos dias. Se estavam também incluídos no tal prazo médio de pagamento de cinquenta e cinco dias? Se era uma forma digna de tratar os membros da Assembleia Municipal que era o órgão máximo de Castelo de Paiva? Quanto às vias municipais, com as dificuldades em efectuá-las, e com as reuniões com as Juntas de Freguesia, o facto é que a relação das vias municipais era a mesma, já não era deste executivo, já vinha de trás, e que infelizmente não valia a pena vir lamentar-se como Presidente da Junta de Freguesia. Que as dezasseis obras que via na relação e que estavam no Orçamento, eram as mesmas ao longo dos vários anos. Que efectivamente era sua pretensão vê-las realizadas, mas tinha plena noção que nem uma terça parte ia ser realizada. Que quando as pessoas vissem aquela relação de obras, não se iludissem, nem fossem para a população dizerem que iam ser feitas em 2012, a intenção era ao longo dos anos. Em relação às dívidas havia uma verba pequena mas significativa para a Junta de Freguesia de Real de cerca de setecentos e sessenta euros, que já remontava ao anterior executivo daquela Junta. Que era boa altura de pagarem esta importância, não ficava nada mal e também poderia contribuir para a redução do prazo médio de pagamento. Ainda referente às Juntas de Freguesia e às transferências de verbas, perguntou onde estava o aumento e o apoio às Juntas de Freguesia? Porque as verbas continuavam a ser as mesmas. Que o Executivo da Junta de Freguesia de Real tinha reunido com a Câmara, e tinham reconhecido que na questão da conservação e manutenção de vias municipais era injusto aquela Junta receber sete mil e quinhentos euros quando tinham 33Km2, quando havia freguesias que tinham apenas 3 e 4Km2 e recebiam a mesma verba, mas não tiveram a coragem de rectificar esta injustiça, e mais uma vez deixava o seu lamento. Relativamente a juros, havia de facto no orçamento uma rubrica com o valor muito elevado de novecentos e sessenta mil euros de juros. Era este o valor que previam pagar, ou também estaria empolado? Que em relação à amortização de

capital eram quinhentos e quatro mil euros, pensava que em termos de gestão não seria muito bom. Gostava que explicassem qual era o acto de gestão que permitia chegar a estes valores milagrosos? Quanto às Grandes Opções do Plano, gostava de saber se estava previsto a mudança dos estaleiros da Câmara Municipal para o baixo Concelho? Se fosse verdade, dava os parabéns porque iriam economizar muito gasóleo, principalmente pelo corrupto de viaturas municipais que iam para o baixo Concelho. Na sua opinião o Executivo não tinha ambição, nem capacidade de mobilização. Que era o terceiro Orçamento que apresentavam, e que o estado de graça tinha de terminar. Que não via alterações nenhuma, nem evolução positiva em relação ao desenvolvimento do Concelho de Castelo de Paiva relativamente a melhorias em relação ao Orçamento e à gestão da Câmara em si. Deixava o seu lamento relativamente à reunião que tinha tido com o Executivo, e tinha ficado esclarecido. Que quando o Executivo da Junta de Freguesia conseguiu reunir com o Executivo da Câmara, saiu de lá com zero, não conseguiu nada além do que estava previstos nos outros anos, que a haver assim reuniões, mais valia não terem nenhuma, pois normalmente quando uma Junta de Freguesia se deslocava a uma Câmara Municipal era para tentar ter algum benefício para a freguesia. Por último referiu-se quanto à questão dos transportes escolares, que havia efectivamente uma alteração no que respeitava às transferências para as Juntas de Freguesia, mas era o que considerava uma habilidade contabilística. Que os protocolos que tinham estabelecido para os transportes escolares com as juntas de freguesia tinha sido uma habilidade muito bem feita, porque retiraram os transportes escolares às IPSS e entregaram às Juntas de Freguesia, mas apenas as verbas iriam passar por elas, o que iria aumentar em cerca de 100% as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia de 2011 para 2012. Porque ao protocolarem os transportes escolares com as Juntas, estas por norma entregaram novamente a quem estava a fazê-los, e o dinheiro só ia passar pelas Juntas, na prática não iam fazer mais nada com este valor.***

— Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos que começou por referir-se à conservação, manutenção dos edifícios

escolares e aquecimento, e relativamente ao jardim de infância solicitou que rectificassem porque constava uma sala e eram duas, e quanto ao ensino básico constavam quatro salas e eram só três. Relativamente à relação das vias municipais, constavam obras repetidas e algumas delas tinham sido tiradas da relação de 2011. Que na reunião com o executivo, não teve o privilégio de outras Juntas, de poder debater este assunto, porque quem tinha uma opinião contrária à do Senhor Presidente dava-se por encerrada a reunião e não se discutia mais nada. Que tinha vindo para uma reunião para discutir os problemas das pessoas, mas porque discordou da opinião do Senhor Presidente da Câmara, que era não ter dinheiro para fazer investimento junto das pessoas, mas ter dinheiro para fazer investimento num boletim informativo, e porque era contra isto, tinha exprimido a sua opinião, a reunião foi dada por terminada. Solicitou uma resposta quanto ao plano de obras, pois gostaria de saber quais as que iriam ser concluídas na Freguesia de Fornos.***

_____ Retirou-se da sala o Membro Maria de Lurdes de Bessa Sousa.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e começou por referir-se ao Dr. Rocha Pereira relativamente aos investimentos que estavam inscritos no Plano de Saneamento Financeiro eram aqueles que na data da sua elaboração estavam previstos em termos de execução e que estavam a dar-lhe uma sequência. Que na sua opinião se conseguissem concretizar o conjunto de investimentos que estavam previstos no Plano de Saneamento Financeiro, e atendendo às circunstâncias existentes estariam muito bem. Mas que seguramente não iam ter condições de as concretizar, porque era necessário que houvesse dotação financeira em termos de financiamento comunitário, pois a expensas próprias não tinham condições de avançar com investimentos com aquela envergadura. Relativamente aos orçamentos participativos considerava interessante, mas em termos práticos não era fácil conjugar um trabalho bem feito naquele âmbito. O que tinha feito foi convidar todos os presidentes de juntas para reunirem e contribuírem em todas as elaborações do Plano e Orçamento. Que havia alguns aspectos que poderiam melhorar em termos de contributos e no futuro poderiam trabalhar melhor para melhoria daquele documento. Relativamente às obras fisicamente

concluídos referiu que havia procedimentos administrativos associados e enquanto estes não estivessem concluídos as obras não poderiam sair do Plano e Orçamento como a lei impunha. Relativamente às Casas Mortuárias tinha sido uma responsabilidade das Comissões Fabriqueiras e das Juntas de Freguesia, e que a Câmara tinha colaborado em termos de execução de projecto e de fornecimento de materiais. Quanto à intervenção da Drª. Fátima Strecht agradeceu as palavras de apreço pelo trabalho que tinham vindo a realizar. Quanto à questão do Prof. José António Rocha relativamente aos Centros Escolares referiu que naquele momento não tinha a garantia de financiamento, porque conforme estava feito o aviso, obrigava a que submetessem a candidatura e que abrissem o respectivo concurso público. Que a única indicação que tinha era que havia disponibilidade financeira, porque era o primeiro centro escolar a concretizar-se no Município e concerteza haveria verba para o investimento. Que se tivessem de facto aquela verba, iria haver obra no Couto Mineiro em relação ao Centro Escolar. Relativamente à necessidade de se avançar com mais centros escolares no concelho, tinha a questão em cima da mesa, mas naquele momento teriam de garantir os 20% do montante necessário e já era um montante significativo para aquilo que eram as possibilidades do Município. Que esperavam ter a verba de financiamento comunitário para avançar com a obra, e depois iam avaliando o momento e estudando este processo que era muito dinâmico. Que tinha sido uma forma inteligente que tiveram para evitar que o fantasma da fusão pudesse novamente pairar no Município. Quanto à questão do investimento da obra do parque escolar considerava-o muito importante para o concelho, mas aceitava a divergência de opinião como tinha apresentado e que poderia ser objecto de análise e de uma discussão mais aberta sobre os vários intervenientes e agentes educativos no Concelho. Quanto à questão do desemprego e das respectivas medidas, achava que a mais importante era a Área de Acolhimento Empresarial de Castelo de Paiva, e que era um investimento de cinco milhões de euros. Que era um sinal evidente de quererem avançar com a área da captação de investimento para o Concelho. Que a grande dificuldade existente era a dificuldade de instalar empresas em Castelo de Paiva, e que o CACE estava a ficar

repleto e não havia espaços disponíveis para acolher as várias empresas. Que tinham de criar condições pois era um passo decisivo, significativo e um grande investimento da Câmara Municipal. Quanto à comparação do Pedro Passos Coelho, referiu que não era a mesma coisa porque tinha a sua forma de estar e actuar. Que era evidente que tinha alguns condicionalismos que eram impostos por medidas que estavam a ser tomadas, mas em função das condições que eram apresentadas tinham que reagir e procurar soluções para resolverem os problemas que iam surgindo. Relativamente ao emprego, tinha a ver com a agenda para a empregabilidade, no âmbito do projecto da CIM, que era um projecto muito interessante, dado o número de intervenientes, esperava que tivessem resultados práticos e positivos. Quanto à intervenção do Dr. Gouveia Coelho referiu que se revia nas preocupações que tinha manifestado, e que a questão de que teriam de ser mais realistas face aos recursos que tinham, não podia fazer mais quando não tinha condições para o fazer. Quanto à questão do Dr. Pedro Maldonado sobre as receitas de vendas de investimentos, referiu que já tinha abordado esta questão. Que tinham começado com trinta e dois milhões de euros, e naquele momento estavam com dezanove milhões de euros, e que estavam à procura de ir ao encontro do Orçamento mais realista possível. Que ainda havia desequilíbrios e compromissos assumidos que tinham de honrar. Que o objectivo era encurtar este montante com a venda de casas das habitações sociais, e que já tinham feito um esforço de reduzir em 60% que era bastante significativo. Quanto às questões colocadas pelos Presidentes de Junta, algumas não faziam qualquer sentido. Relativamente às receitas no âmbito dos protocolos com as Juntas de Freguesia, havia uma verba que estava em falta referente à limpeza das vias municipais, mas que no início do próximo ano contavam liquidá-las. Que havia uma decisão mas faltava ainda confirmação de uma empresa referente a uma empreitada da estrada de Guirela-Folgoso que se reportava a trabalhos a mais que estava a decorrer no tribunal. Que a Câmara Municipal iria suportar uma dívida na ordem dos sessenta mil euros. Relativamente à questão dos protocolos, referiu que tencionava pagar até Fevereiro ou início de Março todos os valores que estavam em falta. Quanto aos valores do próximo ano, gostaria de ter mais

disponibilidade para dar mais às Juntas de Freguesia, mas os recursos que tinham não permitiam aumentar o valor. Que compreendia que a Freguesia de Real tinha 33km² mas que ainda não se tinha mudado o critério, e era preciso ver a quem é que se ia dar mais e a quem se ia dar menos. Relativamente às senhas de presença da Assembleia Municipal de facto iam pagar duas senhas referentes a 2010, e que tinha a ver com a dotação orçamental disponível para este efeito. Que tinham sido pagas durante o ano um elevado número de senhas referentes às sessões extraordinárias do mandato anterior. Mas no princípio do próximo ano iriam repor a normalidade desta situação. Relativamente aos juros de mora que estavam orçamentados e à amortização, tudo tinha a ver com a questão que estava estabelecida em termos de compromisso de dívida. Que havia um período de carência do Plano de Saneamento Financeiro que se baseava na questão dos juros nesta fase, depois haverá amortização de capital. Relativamente às instalações dos estaleiros no baixo concelho, não ia tecer considerações porque não fazia sentido nenhum. Que o Vice-Presidente trabalhava mais directamente com as Juntas de Freguesia independentemente de alguns Presidentes de Junta não atenderem o telemóvel ao Vice-Presidente, ao Presidente ou a um dos Vereadores, o que era manifestamente uma indelicadeza, mas era uma questão que ficava à consideração de cada um. Relativamente à reunião com a Junta de Freguesia de Fornos entendeu que o tipo de intervenção que estava a ser feito saía claramente fora do espírito de uma reunião que se pretendia no âmbito da discussão daquilo que eram as obras para cada uma das freguesias, e o que se tinha passado não era enquadrável naquilo que estavam a conversar e a discutir. Mas não era por isto que iam deixar de investir em Fornos e olhar para a população, que precisava de ajuda e intervenção, e que podiam continuar a contar com a Câmara Municipal. Relativamente à questão das salas iria abordar o assunto com os serviços para verificarem se havia alguma falha ou não.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que as intervenções foram colocadas sobre o Plano e Orçamento e que queria apenas registar o facto de não ter sido apresentada nenhuma Moção de Rejeição. Que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente

o Plano e Orçamento, e esperava que o PSD e as Juntas de Freguesia se envolvessem neste Plano. Que esperava que fosse um Plano aberto, durante o ano de 2012 e que acolhesse todas as possibilidades concretas possíveis para os objectivos que pretendiam, que era servir as pessoas e acudir ao maior número de interesses colectivos na medida do possível durante 2012 pois ia ser um ano difícil para o País e também para Castelo de Paiva. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que em nome da bancada do Partido Social Democrata, entendiam que o documento à votação traduzia uma manifesta ausência de ambição e capacidade de mobilização do Concelho. Diziam-no de uma forma consciente mas também de uma forma democrática frontal e leal. Que era o orçamento do Executivo camarário, e da parte do PSD sem ir a reboque de simpáticos convites que foram feitos, faziam em prol do que entendiam serem os superiores interesses do Concelho e dos seus habitantes. Que nesta perspectiva o PSD sem que fosse preciso apresentar qualquer moção que rejeitasse este orçamento, iria em relação ao mesmo ter uma posição que era a sua abstenção e que seria este o sentido de voto do PSD.***

____ Retirou-se da sala o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real.***

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar com 11 votos a favor do PS e 15 abstenções, 1 do CDS e 14 do PSD as GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012.

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar com 11 votos a favor do PS e 15 abstenções, 1 do CDS e 14 do PSD as AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS.

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar com 11 votos a favor do PS e 15 abstenções, 1 do CDS e 14 do PSD o MAPA DE PESSOAL.

____ A Câmara Municipal solicitou à Mesa a inclusão e discussão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos.***

____ A Assembleia deliberou por unanimidade a discussão do seguinte ponto, pela importância e urgência do mesmo.***

____ 4. SERVIÇO DE ATENDIMENTO A SITUAÇÕES URGENTES

EM CASTELO DE PAIVA – DECISÃO DE REDUÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. ***

Presente um ofício da Câmara Municipal, que foi lido, e transscrito na íntegra: “*Exmo. Senhor Presidente do Conselho Directivo da ARS Norte Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. Rua de Santa Catarina, 1288 4000-447 Porto. Assunto: SERVIÇO DE ATENDIMENTO A SITUAÇÕES URGENTES EM CASTELO DE PAIVA. DECISAO DE REDUÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.* No seguimento do ofício de 19/12/2011 da Ex.ma Senhora Directora do Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul, Dr.a Fátima Gonçalves, relativo à redução do horário de funcionamento do SASU de Castelo de Paiva, manifestamos o nosso desagrado, via ofício de 22/12/2011, quanto a esta decisão e solicitamos uma reunião urgente com V. Ex.a para expormos os nossos argumentos. Em consonância com esta diligência, foi realizada no dia 26/12/2011, nesta Câmara Municipal, uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Saúde em Castelo de Paiva, com a presença dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, da qual resultou a deliberação de total oposição pela decisão tomada, e da vontade expressa por todos os presentes em contestar e lutar por todas a vias para impedir que tal se concretize. Esta decisão, que agrava a já crítica situação em que se encontram os serviços de saúde deste concelho, não pode ser tomada unilateralmente e com aplicação em tão curto espaço de tempo, sem serem ouvidos os autarcas que legitimamente representam a população. Face ao exposto, solicitamos a suspensão imediata de tal decisão e pedimos urgentemente que nos receba para ouvir os nossos argumentos. Recordamos V. Ex.a do recente compromisso assumido pela ARS Norte em assegurar o funcionamento do Centro de Saúde de Castelo de Paiva das 8H00 às 24H00 e nos fins-de-semana e feriados das 09H00 às 21H00, amplamente divulgado e distribuído por todas as casas do concelho por infomail, cuja cópia anexamos. Aliás, na nossa perspectiva, esta decisão contraria o solicitado pelo Ex.mo Sr. Presidente da Comissão para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência, no sentido de serem apresentadas propostas de melhoria da rede de urgências e da resposta de emergência pré-

hospitalar no concelho, cuja resposta por parte desta Câmara Municipal também anexamos. A manter-se esta decisão por parte de V. Ex. a população e as instituições de Castelo de Paiva farão tudo o que estiver ao seu alcance para assegurarem serviços de saúde condignos. Subscrevemo-nos, com os melhores cumprimentos, O Presidente da Câmara, O Presidente da Assembleia Municipal, Os Vereadores, Os Presidentes das Juntas de Freguesia, A Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde em Castelo de Paiva.”

____ Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade, e assinado pela Mesa.***

____ O Senhor Presidente da Mesa suspendeu a sessão pelas 00.21 horas, tendo sido estes pontos aprovados por unanimidade em minuta, e referiu que os trabalhos seriam retomados em data a anunciar.***

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE
JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, INICIADA NO
DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO
DE DOIS MIL E ONZE***

____ Aos dezanove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de João Fernando Barbosa Dias em substituição de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por Ilda Maria Cardoso Valente e José António da Silva Rocha, nomeados pelo Presidente da Mesa, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos.***

____ CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS AGENDADOS: ***

____ O Presidente da Mesa Senhor João Fernando Barbosa Dias, em substituição, designou para primeiro secretário o Membro Ilda Maria Cardoso Valente e para segundo secretário o Membro José António da Silva Rocha, em conformidade com o Regimento.***

____ Verificou-se a presença do Senhor Vereador Rui César Castro, e a ausência dos Vereadores Vanessa Pereira e Norberto Moreira.***

____ Verificaram-se as presenças dos Membros Senhores José Vieira Gonçalves, José Vieira Pinto e Mónica Sofia Gomes da Rocha em representação da Junta de Freguesia de Pedrido.

____ Pediu a suspensão de mandato o Presidente José Manuel Lopes de Almeida, por motivos pessoais e inadiáveis, pelo período de trinta dias.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins de Almeida Moreira; ***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Daniel Correia Mendes da Rocha, por motivos profissionais, pelo período de trinta dias.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Manuel da Silva Moreira; ***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Dr^a. Maria de Lurdes de Bessa Sousa, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António Silva Pinto; ***

____ Faltou por motivo justificado o Membro António Gouveia Coelho Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Maria Celeste José dos Santos; ***

____ Faltou por motivo justificado o Membro Cátia Cristina Gomes Rodrigues.***

____ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ***

1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE 22.07.2011 E ORDINÁRIA DE 30.09.2011;

____ Presente a acta da sessão extraordinária de 22.07.2011, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia

Municipal. ***

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com 5 abstenções 2 do PSD e 3 do PS, aprovar a referida acta.***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 30.09.2011, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com 6 abstenções 3 do PSD e 3 do PS, aprovar a referida acta.***

____ 2. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr^a. Fátima Strecht que se referiu à implementação do novo tarifário de água relativamente ao serviço de abastecimento, que tinha sido uma medida implementada por este Executivo com vista a atribuir mais equidade e mais justiça relativamente ao fornecimento de água. Que sabia que a quantidade de água que era utilizada pelos consumidores era paga ao preço do escalão que era atingido. Mas a partir do fim deste mês iria passar a haver uma estrutura tarifária variável dos preços relativos aos escalões de consumo que fossem sucessivamente atingidos, e que o valor final a pagar pelo consumidor, iria ser a soma das parcelas correspondente a cada escalão, e que assim ia haver mais justiça neste serviço. Que para além disto o Executivo introduziu também o tarifário familiar em que poderão beneficiar as famílias mais numerosas, e um tarifário social que poderá beneficiar os agregados mais carenciados quer através da isenção do pagamento de tarifa fixa, ou concedendo-lhes na tarifa variável o preço mais baixo dos dois primeiros escalões. Que para além disto o Executivo decidiu introduzir algo especial em relação às IPSS e aos bombeiros, uma tarifa reduzida do consumo de água. Felicitou a Câmara Municipal pelo programa de animação de Natal, que trouxe muitas pessoas ao centro da Vila, assim como a realização da I Feira Agrícola, e que tinha ficado satisfeita por saber que era uma iniciativa que se iria repetir. Que achava que era uma das formas de trazer pessoas ao Centro da Vila, para além de proporcionar aos agricultores apurarem algum dinheiro com os produtos e quem os adquirisse estaria a ajudar e a comprar produtos de qualidade.***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira que referiu que iria colocar apenas três questões. Quanto à primeira questão e apesar de estar ultrapassada no tempo, na altura quando aconteceu lamentou e achava que não ficava bem se não o dissesse. Que no passado dia 10 de Dezembro numa iniciativa do Partido Socialista local, foi feita uma intervenção pelo deputado da Assembleia da República que tinha feito declarações que fez assombrar o nome do Município. Que não punha em causa o teor da declaração do Senhor Deputado Pedro Nuno Santos quando disse que se estava a marimbar para a questão da dívida que o País tinha contraído e que não se devia pagar. Que o que o fazia referir isto, era porque tinha havido uma divulgação tremenda desta declaração não só a nível local, mas também a nível de rádios nacionais, jornais e televisões e que até acabou por ter reflexos no estrangeiro. O que tinha sentido é que Castelo de Paiva não tinha nada a ver com isto e tinha sido associado à notícia. Que se o Senhor Deputado tivesse feito a declaração na terra dele, ou na Assembleia da Republica, não estaria a falar disto. Mas ter vindo a Castelo de Paiva dizer o que disse, associando o nome do Concelho àquela declaração, considerava que tinha sido infeliz e lamentava o sucedido. Quanto à segunda questão, referiu que tinha recebido um e-mail de uma nota emitida pelo gabinete de imprensa da Câmara Municipal relativamente à vinda do Senhor Coronel Otelo Saraiva de Carvalho. Que o que lhe tinha sido enviado dizia que a convite da Câmara Municipal de Castelo de Paiva o Coronel iria estar de visita ao Município. Não iria discutir, mas poderia como cidadão livre reportar alguns factos. Disseram que tinha sido preso no caso das FP 25 de Abril, mas que tinha sido amnistiado em 1996, mas também poderiam ir mais além e perguntar quantas pessoas foram assassinadas pelo Senhor Coronel? Quantas dezenas de bancos foram assaltados pelo Senhor Coronel ou pelas FP 25 de Abril? Houve ou não uma associação terrorista na altura? Tratava-se de uma figura polémica, mas questionou o Executivo do seguinte: Quais tinham sido as razões concretas que efectivamente levaram a convidar o Senhor Coronel para visitar o Concelho? Por último referiu que o mandato já ia a mais de meio, e que tinha havido um aspecto concreto na última sessão da Assembleia Municipal de 27 de Dezembro. Que tinha sido dito pelo Senhor

Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, relativamente a um incidente numa reunião de trabalho com a Câmara Municipal com vista à preparação do Orçamento para 2012. Achava que o que era importante eram as relações do Executivo com as Juntas de Freguesia. Que davam a ideia que as relações poderiam ser melhores do que eram. Realçou e sensibilizou a Câmara Municipal e os Presidentes de Juntas que ainda tinham tempo pela frente no sentido de fortalecer e articular aquelas relações que irão traduzir-se em benefício para as populações. Que tinha sido uma pena que não tivesse sido possível implementar os orçamentos participativos, pois seria uma forma de chamar os Presidentes de Junta de Freguesia a participarem nas decisões, e que isto poderia criar uma ligação mais frutuosa e mais profícua nos dois sentidos. Achava que ainda havia tempo de superarem alguns atritos, e que o bom senso tinha existido por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, porque também ele tinha criticado o Boletim Informativo. Pensava que deveriam existir boas relações entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, mas também deveria existir nos dois sentidos, porque o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que havia Presidentes de Junta que não atendiam o telemóvel, e que isto não era correcto. Que no seu entender o sentido de colaboração e articulação deveria ser feito pelo Executivo Municipal mas também pelas Juntas de Freguesia.***

_____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas que começou por se lamentar com a realização desta sessão da Assembleia Municipal. Que lhe tinham dito, e que era obrigado a concordar, que os deputados municipais eram fracos pois não resistiam para além da meia-noite. Que era desnecessário estar a realizar uma sessão em que tinha a aprovação de duas actas e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município. Questionou à Mesa e ao Senhor Presidente da Câmara se havia lugar ao pagamento de senha de presença desta sessão? Que achava um disparate e um despesismo para a Câmara Municipal. Que estar a discutir o que em dez minutos se poderia ter resolvido se não usassem da palavra, a reunião teria acabado. Mas como os trabalhos encerravam à meia-noite, estavam a discutir praticamente nada. Felicitou a Câmara Municipal pela distribuição dos manuais para o 1º Ciclo, que achava que tinha sido uma das medidas mais importantes para os alunos

do nosso concelho, por causa dos cortes e do roubo que estavam a ser feitos. Que sentia-se roubado por este Governo, que não sabia se tinha imunidade parlamentar, mas que estavam presentes tantos juristas que se precisasse de ser defendido contava com a boa vontade deles. Que com esta atitude de favorecer todas as crianças do primeiro ciclo com manuais gratuitos, era uma grande medida com grande alcance. Quanto à questão das podas das tílias no Largo do Conde sempre condenou, e agora condenava publicamente, porque o que estavam a fazer era assassinar as tílias. Que não o poderiam fazer, e não era ele que o dizia, mas sim os técnicos. Quanto à intervenção do Dr. Rocha Pereira relativamente à vinda do Senhor Deputado da Assembleia da República Pedro Nuno, Vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que proferiu algumas declarações em Castelo de Paiva, era pena que o Dr. Rocha Pereira não soubesse tudo o que foi dito no jantar de militantes e amigos do Partido Socialista, em que teve a liberdade de utilizar a palavra marimbar, e que parecia que tinha ofendido muita gente. Referiu que também se marimbava para estas preocupações e que achava ridículo sentirem-se ofendidos por Castelo de Paiva andar nas bocas do mundo. Que a palavra marimbar tinha sido tirada de um contexto, e não era muito justo fazer a apreciação que tinha feito, porque não tinha ofendido ninguém. Que a rádio tinha feito a divulgação daquelas palavras e que os órgãos da comunicação social aproveitaram-se e disseram que tínhamos um deputado responsável que tinha dito que não se pagavam as dívidas. Que não era nada disso, e que apenas tinham sido palavras proferidas num jantar de Natal entre militantes e amigos. Quanto à questão da visita do Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, colocou duas questões: Se não tinha sido um homem do 25 de Abril? Se não tinha sido graças a ele e a muitos outros, que hoje poderiam falar sem problemas?***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para defesa da honra. Referiu-se à intervenção do Membro Jorge Quintas e quanto à questão da intervenção do Senhor Deputado Pedro Nuno Santos, não se tinha sentido ofendido. O que tinha dito era que lamentava a sequência do que tinha sido dito e da profusão daquela declaração através dos órgãos de comunicação social, e que o Município tivesse sido associado por más

razões como se veio a verificar. Que o Senhor Deputado não teria presente o que foi a posição do Secretário-geral e do líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, sobre aquela matéria. Que se tinham demarcado completamente sobre aquelas declarações porque sabiam quem tinha solicitado o pedido de intervenção estrangeiro, quem tinha assinado o contrato, e quem o tinha assumido. Ou as pessoas já se tinham esquecido que a intervenção da TROIKA foi solicitada pelo Governo presidido pelo José Sócrates? Se quando alguém defendia ou apregoava que não se devia pagar aquilo que se pede, eram pessoas de bem? Serem caloteiros era algum princípio? Que o que interessava era que se tinha associado Castelo de Paiva a esta declaração. Que os paivenses não tinham nada a ver com isto. Achava que todos eram bem-vindos, mas precisavam de pessoas que nos ajudassem, e não daquelas que contribuíssem para que o Concelho ficasse divulgado por más razões. Quanto à questão da visita do Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, referiu que apenas se tinha reportado ao conteúdo da nota informativa do Gabinete de Imprensa da Câmara Municipal, onde constava uma parte do currículo do Senhor Coronel. Que o que tinha dito era que havia dados objectivos da pessoa em causa e que poderiam também constar. Que só tinha feito uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara sobre quais as razões de terem feito tal convite. ***

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas referindo-se à intervenção do Dr. Rocha Pereira, que tinha feito um juízo de valores sobre as declarações de um deputado da Assembleia da República. Mas que se quisesse trazia uma grande quantidade de artigos de pessoas que estavam acima de quaisquer suspeitas que louvaram a atitude e a coragem daquele deputado. Que na revista Visão tinha um artigo sobre ele e que falava de Castelo de Paiva. Que sentia orgulho de ouvir falar na comunicação social o nome de Castelo de Paiva, e que a mesma revista se referia a ele como o rebelde das boas causas. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura que começou por referir-se à questão da Estrada 222-1 entre a Cruz da Carreira e Greire, que já tinha levantado esta questão e nada lhe tinha sido dito nem feito. Que estava num caos, pois não havia pintura nem sinalização, e questionou se pretendiam fazer alguma coisa. Que a

segunda questão tinha a ver com a existência dos poços abandonados que estavam cobertos de mato e silvas. Que sabia que eram dos agricultores, mas se alguém lá caísse, lá ficava. Questionou se já tinham feito alguma coisa. A terceira e última questão que colocava era, se era possível colocar uma passadeira de peões na estrada 222 junto à Capela de Santo Antão em Sá, pois atravessavam muitas crianças naquele lugar.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que começou por desejar as rápidas melhorias ao Dr. Lopes de Almeida. Referiu que o que o incomodava era a questão de se dizer que por se ter feito o 25 de Abril se poderia permitir tudo a quem quer que seja. Por muito gratos que estivessem a quem fez o 25 de Abril, e que era graças a eles que estavam ali hoje, não conferia poderes a quem quer que seja, para depois fazerem coisas que não se coadunavam com os próprios princípios de Abril. Referiu que o Dr. Rocha Pereira na sua intervenção não tinha afirmado mas sim perguntado. Quanto à questão de haver advogados na sala para eventuais defesas, tinha ficado um pouco baralhado. Porque se a questão era apresentar queixa-crime por causa do roubo, perguntava, contra quem? Contra aqueles que tinham de resolver? Ou contra aqueles que criaram um contexto que infelizmente levava a que outros tivessem de desfazer o que os anteriores não fizeram? Referiu e repetiu que este Governo governava há seis meses e meio, e não tinha subscrito o memorando de entendimento com a TROIKA. Que o Governo que o fez, foi o presidido pelo Engº. José Sócrates e que o Ministro das Finanças que foi bater à porta da TROIKA tinha sido o Teixeira dos Santos e não o Ministro Vitor Gaspar. Que o PSD e o CDS-PP apenas avalizaram politicamente o compromisso que o então Governo socialista celebrou com a TROIKA. Que o Orçamento de Estado era o que tinha de ser, que o Partido Socialista se absteve, mas que alguns deputados à revelia daquilo que era o entendimento da própria direcção do partido Socialista, pediram a fiscalização do Orçamento de Estado ao Tribunal Constitucional. Se o que se procurava era aconselhamento para contra quem se deveria apresentar a queixa do roubo, era óbvio o que se estava a passar, encontrava raízes no tempo anterior ao que se estava a viver. Que o que se estava a fazer, com elevadíssimos custos sociais e de toda a

ordem e natureza, tinha de ser feito. Que o PSD entendia que valia a pena ter de trilhar este caminho tortuoso para que depois outros caminhos melhores surgissem. Quanto à questão da realização da Assembleia Municipal também lamentava que se tivesse agendado uma outra sessão para a continuidade da anterior. Mas que tinham de encontrar um ponto de equilíbrio de uma vez por todas. Que quando eram agendadas para as nove da manhã e eram seguidas depois de muitas horas, eram criticadas e não dava jeito, e as que eram agendadas para as nove da noite também não davam jeito, e assim era difícil encontrar um ponto de equilíbrio.***

____ O Membro Dr. João Campos pediu um ponto de Ordem à Mesa, porque estavam a entrar em questões que não eram assuntos de interesse gerais do Município. Que tinha muito gosto em ouvi-los, mas corriam o risco de chegar à meia-noite e terem de prolongar esta reunião se não houvesse mais assuntos gerais de interesse para o Município, deveriam passar às respostas, sob pena de terem de prolongar, e discutir se iriam receber outra senha.***

____ O Senhor Presidente da Mesa interveio para informar que tinham sessenta minutos para discutir este ponto e que ainda faltava algum tempo.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para referir que esta Assembleia era a continuação de outra, e provavelmente ainda iam ter outra continuação. Que a agenda de trabalhos era a aprovação das actas e os assuntos de interesse para o Município. Que já tinha passado muito tempo, e que assuntos de interesse do Município tinham sido só os que foram apresentados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, de resto estavam a falar de coisas sem jeito nenhum. Que era por isto que estavam ali, e que provavelmente se todas as pessoas discutessem o que estava inscrito não estariam ali hoje e seria menos três mil euros que a Câmara Municipal teria de pagar.***

____ O Senhor Presidente da Mesa referiu-se à questão colocada pelo Membro Jorge Quintas sobre o pagamento das senhas de presença, disse que não sabia responder por não constar do Regimento, e que talvez o Senhor Presidente da Câmara soubesse responder.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que começou por responder às questões colocadas pela Dr. Fátima Strecht relativamente ao tarifário da água. Que tinha sido uma boa medida numa perspectiva de acabar com uma situação injusta para muitos municíipes que era a cobrança efectuada pelo escalão máximo do consumo e que transformava de um mês para o outro facturas de 15 e 20 euros para 60 ou 70 euros. Que era um sistema injusto, tinham seguido uma recomendação do ERSAR, e incutiram no processo algumas preocupações que foram as tarifas sociais para as famílias numerosas e carenciadas, que lhe pareciam medidas justas e adequadas e que iriam verificar a sua aplicabilidade. Agradeceu também o facto de ter realçado o programa de Natal que foi desencadeado pela Câmara Municipal em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, e várias entidades como a Academia de Música, Grupos Corais, e a Cooperativa Agrícola. Que tinha sido uma quadra muito interessante em termos de animação cultural e que se tivesse de pagar este programa face à sua qualidade seria muito caro, porque a Academia de Música tinha uma qualidade notável, era digna de ser apreciada, e era uma grande instituição. Quanto à realização da I Feira Agrícola tinha sido uma iniciativa que surgiu no mês de Dezembro, e pelo sucesso que despoletou nas pessoas, deu-lhes ânimo e incentivou-os a continuarem esta iniciativa, e que iria ter uma periodicidade fixa realizando-se no último domingo de cada mês. Que estavam a preparar mobiliário próprio para facultar aos produtores e agricultores, e pela informação que tinha a adesão ia ser muito boa, e concerteza iriam ter as manhãs de domingo bem preenchidas no Centro de Castelo de Paiva. Quanto às questões colocadas pelo Dr. Rocha Pereira não ia tecer comentários às declarações do Deputado Pedro Nuno Santos. Que tinha outras preocupações nomeadamente com a questão da saúde. Que este movimento que se conseguiu criar à volta do abaixo-assinado para manifestar a oposição à medida que tinha sido tomada recentemente para reduzir o horário de funcionamento da Unidade de Saúde de Castelo de Paiva, julgava que era um sinal importante que estavam a dar aos paivenses. Que estavam com uma postura responsável, com vontade de intervir e de procurar as melhores soluções para o Concelho. Que neste

sentido já tinham desenvolvido algumas iniciativas que tinham sido focadas, e nos próximos dias teriam outras boas iniciativas. Que a área social e da saúde eram muito sensíveis e que deveriam estar atentos e vigilantes. Quanto à visita do Senhor Coronel Otelo Saraiva de Carvalho referiu que por ocasião da Feira do Vinho Verde tinha convidado um amigo o Dr. António Flores de Andrade, Presidente do Instituto da Construção e do Mobiliário, que visitou a ACUP e viu nas fotografias expostas o Coronel Otelo Saraiva de Carvalho de quem era amigo, contactando-o de imediato para que viesse fazer uma visita a Castelo de Paiva, e que o Senhor Coronel disponibilizou-se para visitar o Concelho. Que tinha sido apenas isto que tinha acontecido. Que teriam de o respeitar, apesar de ter uma opinião própria e controversa, também tinha coragem e estava ligado a um acontecimento histórico, o 25 de Abril. Que achava que deveria vir mais vezes a Castelo de Paiva, para ter contacto com os alunos para que tivessem conhecimento das figuras da história. Quanto à questão do incidente da relação com as Juntas de Freguesia não ia fazer grandes considerações sobre o assunto. Não estava a criar qualquer tipo de incidentes, mas as reuniões para as quais convidava tinham um determinado objectivo e uma metodologia de trabalho, e o que se pretendia para aquela reunião não passava por outro tipo de assuntos. Que era uma situação que não prejudicava aquilo que era a atenção com as Freguesias do Concelho. Que aproveitava para referir que iriam ser pagos de imediato todos os valores referentes aos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia referente ao ano de 2011. Quanto à questão abordada pelo Membro Jorge Quintas relativamente aos manuais escolares do primeiro ciclo, considerava uma medida muito importante. Quanto à questão da poda das árvores poderia ser objecto de reparos quanto à periodicidade, mas tinha sido uma opção tomada para resolver um problema. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura relativamente à pintura e sinalização da 222-1 tinha sido feito um levantamento de todas as situações que estavam com deficiências naquela obra. Que tinham feito um relatório e que estava em cima da mesa a utilização da caução referente àquela obra para resolver muitos problemas que aquele traçado apresentava. Quanto à questão dos poços, solicitou ao Senhor Presidente

da Junta que enviasse uma relação à Câmara Municipal com a localização dos mesmos, por estarem em propriedades privadas. Quanto à passadeira para peões junto à Capela de Santo Antão em Sá, estavam a fazer um levantamento sobre este tipo de necessidades existentes no Concelho, e neste caso em concreto era uma responsabilidade da Estradas de Portugal porque era um traçado que ainda estava sob a sua responsabilidade. Quanto ao pagamento das senhas da Assembleia Municipal, na sua opinião havendo uma nova sessão existia a obrigatoriedade de fazer-se novo pagamento. Por último desejou as rápidas melhorias ao Dr. Lopes de Almeida.***

____ O Senhor Presidente da Mesa deu a conhecer uma Moção aprovada na Assembleia Municipal de Estarreja, que depois de lida, ficou arquivada na pasta anexa ao livro de actas.***

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

____ Não houve intervenções.***

____ O Senhor Presidente da Mesa declarou encerrado o Período de Intervenção do Público. ***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas 22 horas e 10 minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos ***

_____ E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2º Secretário

32. Secretario, _____